

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 13 DE ABRIL DE 2010

NÚMERO 6.157

16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Antonio Aguiar
Dirceu Dresch
Décio Gôes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Gôes - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edison Andrino
Ronaldo Benedet
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça (Peninha) -
Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Gilmar Knaesel
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Valdir Cobalchini
Ronaldo Benedet
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Valdir Cobalchini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Onofre Santo Agostini
Reno Caramori
Edison Andrino
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ronaldo Benedet
Valdir Cobalchini
Onofre Santo Agostini
Gilmar Knaesel
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Edison Andrino
Valdir Cobalchini
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**
Jean Kuhlmann
Serafim Venzon
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Joares Ponticelli
Antônio Aguiar
Ronaldo Benedet
Romildo Titon
Prof. Odete de Jesus

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação:

Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição.

Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:

Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.

Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:

Responsável pela impressão.

Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

EXPEDIENTE



Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XVIII - NÚMERO 2157
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS
TIRAGEM: 6 EXEMPLARES

ÍNDICE

Plenário

Ata da 026ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 08/04/2010.....2

Atos da Mesa

Atos da Mesa DI.....14
 Atos da Mesa15

Publicações Diversas

Audiência Pública.....16
 Ata da Procuradoria.....19
 Atas das Comissões
 Permanentes20
 Aviso de Licitação.....21
 Avisos de Resultado.....21
 Extratos21
 Ofícios22
 Portarias22
 Projetos de Lei.....22

PLENÁRIO

ATA DA 026ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Dado Cherem - Décio Góes - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Onofre Santo Agostini - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Silvío Dreveck.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Reporta-se a PL de sua autoria referente à desvinculação de recursos que compõem o Fundo Social.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Ressalta a importância do projeto que desvincula recursos do Fundo Social.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Rebate o discurso do deputado Ronaldo Benedet; mostra indignação com o parecer do Instituto Chico Mendes sobre empreendimento em Biguaçu.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Registra o falecimento de José Pelissaro, em Curitiba.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Demonstra pesar pelo falecimento de Leoni Pegoraro, de Caçador.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Tece críticas ao relacionamento do governo Luiz Henrique com o funcionalismo.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Ressalta as características da MPV 0176/2010.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Faz um relato da sua atuação na secretaria de Turismo, Esporte e Cultura.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (aparte) - Elogia o trabalho do deputado Gilmar Knaesel à frente da secretaria de Turismo, Esporte e Cultura.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Analisa a posição da Alesc e da Oposição e Situação diante das MPVs que concedem gratificação salarial; comenta calamidade ocorrida no Rio de Janeiro.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Informa que os servidores da Saúde poderão entrar em greve.

Partidos Políticos

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Faz denúncia contra o prefeito de Palhoça.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Cumprimenta o deputado Lício Mauro da Silveira pela postura contra o que ocorre em Palhoça.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Afirma que Luiz Henrique foi o melhor governador da história de Santa Catarina e rebate as críticas do deputado Jailson Lima ao DEM.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Responsabiliza a ALL pelo abandono do ramal ferroviário do planalto norte.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Convida para 19ª Festa Nacional da Cebola, em Ituporanga.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Retruca o pronunciamento do deputado Onofre Santo Agostini.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Analisa a estrutura aeroviária de SC e defende a implantação de aeroporto em Barra Velha e Araquari.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Defende a postura do deputado Jailson Lima no tocante a sua posição sobre o DEM; sustenta a posição do governo federal quanto à ALL.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Reitera sua posição com relação ao DEM. Explicação Pessoal

DEPUTADO MANOEL MOTA - Reporta-se ao encontro da Feapesc.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Defende aposentados e pensionistas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, deputados Silvio Dreveck e Moacir Sopelsa, juntamente com o deputado Décio Góes estamos dando entrada, no dia de hoje, a um projeto de lei que diz respeito à desvinculação de recursos que compõem o Fundo Social e que se referem àquilo que prevê a Constituição, ou seja, 25% do Orçamento para a Educação e 12% para a Saúde.

Sabemos, sr. presidente, que os fundos estão desobrigados de participar dos percentuais que a própria Constituição define. Fizemos um levantamento - não são dados exatos, mas apresentaremos isso na semana que vem, com toda certeza - e constatamos que cerca de R\$ 70 milhões que deveriam ser investidos anualmente na Educação e na Saúde deixaram de ser aplicados em função do Fundo Social.

Portanto, se fôssemos de uma forma correta e justa ver aquilo que estabelece a divisão da receita, teríamos, deputado Décio Góes, v.exa. que junto com este deputado está protocolando este projeto de lei, em torno de R\$ 68 milhões a R\$ 70 milhões anualmente a mais investidos tanto na Educação quanto na Saúde.

Pedimos a atenção de todos os parlamentares para que possamos ter êxito nessa proposta, haja vista a importância que ela tem para esses dois setores, Educação e Saúde, no estado de Santa Catarina.

Da mesma forma foi feito em nível nacional, através da senadora Ideli Salvatti, desvinculando os recursos para que se tenha mais dinheiro para investir nessas duas áreas estratégicas e prioritárias para qualquer governo.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado Padre Pedro Baldissera, o povo catarinense, principalmente os pais, os jovens, as crianças que frequentam as escolas públicas dos municípios do estado - e os estudos que fizemos comprovam isso - sabe do abandono em

que se encontram os nossos estabelecimentos de ensino, sabe que até este momento estão faltando professores em muitas deles, sabe que alguns não possuem estrutura para oferecer um bom ensino regular, sabe que a condição física é tenebrosa, o que nos deixa envergonhados, por conta da falta de recursos para a Educação.

Na Saúde há a questão da "ambulancioterapia" tão falada e propagada. As pessoas que precisam acorrer à saúde pública sabem do que estamos falando.

Entretanto, desviaram para o Fundo Social, que na verdade não é social, de R\$ 80 milhões a R\$ 90 milhões por ano, que deveriam ser aplicados na Saúde e na Educação. Todos sabem que são subvenções destinadas a atender interesses eleitoreiros, políticos, eventos passageiros que não deixam uma marca forte, como os investimentos na Saúde, na Educação, que visam ao futuro do povo catarinense.

Então, estamos convidando o Parlamento e a sociedade catarinense para fazermos uma reflexão através desse projeto de lei, que visa à mudança da partilha dos recursos do Fundo Social, devolvendo esses recursos para a Educação e para a Saúde.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Obrigado, deputado Décio Góes. Se nós traçarmos um olhar para a realidade desses dois setores no estado de Santa Catarina, perceberemos a necessidade premente desses investimentos.

Sabemos de inúmeras pessoas, centenas, milhares, que estão esperando há seis meses, um ano, por atendimento de saúde; existem pessoas que estão esperando faz até três, quatro, seis anos.

Está para ser implementado o piso salarial do setor da Educação. O governo diz que existem dificuldades, que faltam recursos. No entanto, 25% do Orçamento do estado não estão sendo investidos na Educação, como manda a Constituição. Nós estamos trazendo a questão ao debate porque esses dois setores são estratégicos. Quando se fala de desenvolvimento, de inclusão social, de cidadania, essas são as duas áreas extremamente prioritárias para qualquer governo.

Assim, conclamamos o Parlamento catarinense para somar conosco, no sentido de aprovarmos esse projeto de lei, cujo texto prevê sua implementação a partir de 2011, portanto, a partir do ano que vem. Dessa forma teremos em torno de R\$ 70 milhões investidos na Saúde e na Educação.

Deixo aqui, portanto, o meu convite para que o Parlamento catarinense esteja aberto para esse debate, essa reflexão, e que junto conosco assumamos esse compromisso, fazendo com que esses recursos sejam aplicados nessas atividades extremamente importantes para o nosso estado. A Saúde e a Educação precisam muito desses recursos para serem aquilo que devem ser.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Srs. deputados e sra. deputada, eu quero, com alegria, cumprimentar todos os acadêmicos da 9ª fase do curso de Direito, deputado Jailson Lima, da UnC - Universidade do Contestado de Concórdia - que estão aqui assistindo à nossa sessão. Quero que se sintam em casa, quicá, futuros deputados, presidentes, prefeitos, governadores, e, com certeza, bons bachareis em Direito. Não tenho dúvida de que serão bons advogados. Faço o registro, dando-lhes as boas-vindas, como também à professora Maristela e ao coordenador do curso, dr. Clomir Badalotti. Parabéns a todos vocês.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, cumprimento os nossos futuros advogados, estudantes de Direito. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Nós acompanhamos muito o desenvolvimento dessa querida universidade, a UnC, desde a sua fundação. Na minha cidade, a assembleia resolveu criar sua própria universidade, a Uniarp - Universidade Alto Vale do Rio do Peixe -, que não deixa de ser um braço da UnC, e será sempre, pela importância dessa universidade na nossa região. Sintam-se a vontade.

Mas, sr. presidente e srs. deputados, há dois dias, o deputado Ronaldo Benedet assomou a esta tribuna e quando olhou em nossa direção, em frente a este parlatório, deputado Lício Mauro da Silveira, fiz um gesto indignado, admirado em relação às suas afirmativas pacatas, dentro de um discurso frio. Na verdade, pode cair o mundo que o deputado Ronaldo Benedet continua na mesma batida, falando sem conhecimento de causa. É uma pena que o deputado Ronaldo Benedet não esteja presente, deputado Manoel Mota, mas v.exa. o representa, pelo menos como membro da bancada.

Mas ele se engana muito! Para começar, ele não tem conhecimento de causa ou está mal informado, pois quando Esperidião Amin, então governador de Santa Catarina, encaminhou um projeto de lei para firmar um convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a fim de contemplar inúmeros municípios de Santa Catarina com obras de asfaltamento, quer fosse para implantação, pavimentação ou reabilitação de rodovias, eu disse que assim que a rodovia ficasse pronta faria o trecho a pé, até porque os meus eleitores, na grande maioria, moram às margens daquela rodovia pela qual brigamos há mais de 20 anos.

Aliás, deputado Silvio Dreveck, no primeiro governo, Esperidião Amin deu início àquela obra. Depois entrou o não-saudoso governador Pedro Ivo Campos, porque não tenho saudades dele, e cancelou a obra, mandou parar a obra,

deputado Manoel Mota. Veio, então, o saudoso, sim, Wilson Kleinübing, que reiniciou a obra, licitando novamente, porém com recursos próprios. Entrou o indesejável e contestado ex-governador Paulo Afonso Evangelista Vieira, que teve a capacidade, deputado Padre Pedro Baldissera, de rescindir os contratos, paralisando a obra.

Precisou voltar o governador Esperidião Amin para conseguir recursos junto ao BID e pagar a conta do ex-governador Paulo Afonso, que estava em débito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Quando Esperidião Amin assumiu novamente o governo, chamou um deputado de cada bancada e foi para os Estados Unidos negociar e mostrar que o estado tinha credibilidade para receber o empréstimo do banco para a construção da rodovia. Assim, reiniciou a obra, deputado Manoel Mota, dentro dos trâmites legais, tocou os trabalhos. Mas quando o governador Luiz Henrique assumiu, ainda no seu primeiro mandato, paralisou a obra por cinco meses.

Na época em que Eduardo Pinho Moreira respondia interinamente pelo governo do estado, foi feita uma festa com churrascada, foguete e muita pinga para mostrar que eles estavam reiniciando uma obra que por eles fora paralisada.

Então, o deputado Ronaldo Benedet está enganado porque não falei que iria de joelhos, porque eu não devo tanto assim para pagar uma promessa de joelhos. Não devo tanto assim! Mas disse que faria o trecho a pé, sim.

Agora, a situação lá é lamentável. A obra foi tão mal feita, deputado Silvio Dreveck, que hoje um empresário me ligou às 7h dizendo que passara pelo trecho de São Miguel da Serra a Porto União e estava uma buraqueira impossível.

Pouco tempo atrás, no dia 15 de janeiro mais precisamente, foi noticiado por todos os jornais mantidos pela Adjori, que aquela era mais uma obra deste governo, uma obra que foi inaugurada no dia 1º de maio de 2004! Mas o atual governo diz que aquela obra, inaugurada há mais de quatro anos, era obra nova! Ora, uma rodovia que até já se está deteriorando, que necessita de recuperação!

Então é complicado! O deputado Ronaldo Benedet ficou fora deste Parlamento durante muito tempo. Ele precisa atualizar-se para saber o que está ocorrendo. E vou deixar mais um recadinho para o deputado Ronaldo Benedet, pois ele disse que visitou o estado inteiro, quando secretário da Segurança, mas não foi a Tangará, Ibiã, Campos Novos e Videira. Não deve ter ido. Muito menos deve ter ido a Macieira, onde há seis anos o governo iniciou uma obra, e o prefeito do PFL, na época, pagou o projeto, deputado Silvio Dreveck.

O governador foi tão "prevalecido" - como nós dizemos na gíria - que disse para o prefeito: "Se tu pagas o projeto, eu faço o asfalto". O prefeito Décio Slongo pagou o projeto e perdeu a eleição, porque ao invés de cuidar das

estradas do interior, pagou o projeto de uma estrada estadual. Faz seis anos e há apenas cinco quilômetros de asfalto. Seis anos! O deputado Ronaldo Benedet deve visitar esse município.

Já me dizia um membro do diretório do PMDB de Macieira, no domingo passado, quando por lá passei: "Deputado, eu acabei com meu automóvel nessa estrada puxando doente dia e noite. A estrada ainda não está pronta e o meu carro está demolido". Por quê? Porque não há condições de trafegabilidade.

Então, o deputado Ronaldo Benedet precisa atualizar-se um pouco! Eu tenho até que o perdoar, pois esteve afastado deste Parlamento e talvez não tenha acompanhado o que ocorreu no interior do estado.

Por isso, deputado Silvio Dreveck, faço este registro e um apelo, no sentido de que se junte a nós. O deputado Romildo Titon, inclusive, convocou uma audiência pública com o povo daquela região para forçar o governo do estado a tomar uma providência na recuperação da estrada que liga Campos Novos/Ibiã/Tangará, porque está intransitável.

Mas hoje, lendo a coluna do jornalista Paulo Alceu, fiquei triste, muito triste!

(Passa a ler.)

"E as entidades empresariais?"

O parecer do Instituto Chico Mendes é claro e preciso. A região de Biguaçu não tem vocação para empreendimentos como os que estão sendo propostos pelo estaleiro OSX. Investimento estimado em R\$ 2,5 bilhões. Descreve os riscos provenientes do impacto ambiental que não tem como ser compensado [...] "[sic]

Eu continuo aqui cada vez mais indignado! A tecnologia trouxe tantos benefícios, será que não passa na cabeça desse pessoal o que um investimento desses representa para Santa Catarina? Hoje não se admite dizer que o impacto ambiental não pode ser corrigido através de modernas técnicas existentes.

Será que não podem deixar criar uma empresa dessas, deputado Lício Silveira, que todo mundo sabe o quanto é importante para Santa Catarina, porque nós só temos aqui porto para baleeira, para canoa, para batera? Não temos um...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, quero fazer um registro, com muita tristeza, e sei que o deputado Reno Caramori também era seu amigo. Faleceu ontem, em Curitiba, o sr. José Pelissaro, um

dos homens mais velhos da nossa região, com aproximadamente 98 anos de idade.

Faço este registro com muita tristeza, porque, sem dúvida nenhuma, foi um gaúcho que ajudou muito o desenvolvimento da nossa terra e de toda a nossa região. Fica aqui, então, à família, as nossas condolências e a nossa solidariedade a uma grande figura que se destacou muito não só em Curitiba, mas em toda a região serrana de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Onofre Santo Agostini.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Compartilho o pesar do deputado Onofre Santo Agostini, porque o sr. José Pelissaro foi um dos pioneiros, que ajudou a impulsionar o desenvolvimento de Curitiba. Criou uma família exemplar, que ainda mantém suas indústrias no município. Morreu com mais de 90 anos, então, fez sua parte, mas lamentamos sua falta.

Da mesma forma, sr. presidente, registro aqui o falecimento de Leoni Pegoraro, que foi presidente do PP Mulher, de Caçador; residia em Camboriú e na madrugada de ontem veio a óbito após uma cirurgia de vesícula, quer dizer, uma coisa tão simples levou a óbito uma senhora que além de política era respeitadora e que deu exemplo ao segmento político-partidário...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Reno Caramori.

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, gostaria de cumprimentar o vice-prefeito de Santiago do Sul, José Casemiro Gentilini, que está aqui acompanhado da rainha e das princesas da Exposul, evento a ser realizado entre os dias 16 e 18 de abril de 2010. Ao vice-prefeito, à rainha, às princesas, desejo uma boa estada em nossa Casa.

Parabéns e que a festa seja um sucesso!

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, gostaria de cumprimentar v. exa. e os demais deputados aqui presentes na manhã de hoje; os servidores públicos da secretaria da Saúde, que continuam na Assembleia Legislativa para que não se cometa a injustiça de excluí-los de qualquer benefício nesse final de feira do governo Luiz Henrique da Silveira; os estudantes da UnC e os demais servidores públicos que nos acompanham através da TVAL.

O ex-secretário Valdir Cobalchini havia dito para o sindicato, dentro do Centro Administrativo, terça-feira à noite, que aqueles que reivindicaram haviam

sido contemplados, como se o SindSaúde nunca tivesse reivindicado. E isso foi repetido aqui, na tarde de ontem, pelo agora ex-secretário Ronaldo Benedet: "Olha, foi atendido quem reivindicou, quem procurou, quem se fez presente!"

É uma inversão absoluta da verdade, porque as entidades que representam os maiores setores do serviço público estadual, dentro os quais os servidores da Saúde, representados pelo SindSaúde, têm feito das tripas coração para conseguir dialogar com o governo ao longo de todos esses anos. O SindSaúde, inclusive porque seus integrantes ouviram isso na terça-feira à noite, trouxe até os ofícios que foram encaminhados às autoridades do estado ao longo de todos esses anos. E há ofício deste ano e do final do ano passado. E aí vem um deputado, ex-secretário, dizendo que ninguém procurou o governo para reivindicar!

Srs. deputados, se formos pesar, dá, no mínimo, um quilo de ofícios o que o SindSaúde encaminhou para as autoridades do governo, inclusive para os deputados. O próprio deputado Joares Ponticelli trouxe o ofício do SindSaúde há um mês, nesta tribuna, justamente para mostrar quanto o sindicato estava reivindicando e como as portas estavam fechadas para o diálogo. Quem negociou com o SindSaúde ao longo desses anos - e eu já registrei isso desta tribuna e reiterei agora - foi o deputado Dado Cherem e a ex-secretária Carmen Zanotto, que sempre atenderam os servidores. Mas o governador Luiz Henrique, em pessoa, esteve com as portas hermeticamente fechadas todo o tempo, inclusive, durante a greve disseram que era para acontecer porque queriam arrebentar o sindicato e a categoria.

O que vem acontecendo então, deputado Joares Ponticelli? Neste segundo mandato o governador Luiz Henrique tratou de acotovelar as entidades autônomas representativas dos estudantes. Acotovelar ainda é um termo brando, porque na verdade ele mandou prender. Foi contra a Associação de Praças, e aí o deputado Ronaldo Benedet vem dizer que sempre mantiveram o diálogo? Foi o governador dele quem entrou com uma ação para dissolver a Aprasc, ação esta que aqui no Tribunal de Justiça, desrespeitando a Constituição que ele ajudou a construir e interferindo nas entidades representativas de classe! O governador Luiz Henrique em pessoa disse que não conversava com a Aprasc e proibiu o secretário Ronaldo Benedet e o comandante de conversar conosco.

No caso do Sindicato dos Trabalhadores da Educação, há interdito proibindo a passagem perto da secretaria. Voltando para o SindSaúde, o procurador-geral do Estado, Sadi Lima, ligou para o oficial de justiça para executar uma sentença oriunda de um processo de 1996, do governo Paulo Afonso, quando houve uma greve na Saúde. O sindicato foi multado, o então secretário assinou que iria retirar o processo e não cumpriu o acordo no final daquela greve. E agora, em 2009, Sadi Lima ligou em pessoa

para o oficial de justiça encarregado, perguntando se ele não iria recolher a Paraty usada do Sindicato da Saúde, ou seja, o procurador-geral do Estado e Luiz Henrique mandaram buscar a Paraty usada do SindSaúde, que está lá apodrecendo no pátio da PGE.

E aí vem falar em democracia, em diálogo? Ora, para tomar cafezinho com os deputados - e eu sou um deles - é possível. Eu quero ver é atender a reivindicação legítima das categorias representadas pelas suas entidades: o trabalhador da Saúde, pelo Sindsaúde; o trabalhador da Educação, pelo Sinte; a base da Polícia Militar e a Polícia Civil e os praças, pela Aprasc. Mas o governador dele proibiu, mandou a polícia prender, mandou a Justiça atrás, criminalizando, judicializando a luta sindical nos últimos três anos.

Assim, no final de feira sobram só os peixinhos para eles conversarem. Então, eles atenderam aqueles que aceitaram chegar perto para conversar. Isto seria melhor dito desta forma: eles não atenderam quem reivindicou, mas atenderam aqueles que aceitaram chegar perto deles para dizer o que queriam, porque as entidades autônomas que efetivamente representam os trabalhadores, que não se curvam, que não se vendem, que não têm que trocar favor eleitoral com o governo, essas eles acotovelaram, mandaram a Justiça atrás. E o grande articulador dessa inquisição toda é o procurador-geral do Estado, que foi nomeado pelo governador Luiz Henrique da Silveira.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Deputado Joares Ponticelli, teria outras questões para tratar, mas concedo um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Eu vou ser muito breve e apenas por questão de justiça venho apartear-lo.

Eu disse isso ontem, vou repetir e vou testemunhar sempre que for preciso: se houve um sindicato que ficou cadeira aqui dentro foi o SindSaúde e eu sou testemunha disso.

V.Exa. faz bem em falar sobre isso, porque um governo que está todo enleado no próprio novelo de lá que construiu e não sabe como sair, começa a atirar para todo lado agora e a tentar achar culpados para isso. E aí vir dizer que o SindSaúde não procurou, não reivindicou, é mais uma mentira desse governo, é mais uma injustiça que se pratica nesse pacote da maldade, da injustiça e do negócio.

É bom que vocês saibam que além da injustiça, há a Medida Provisória n. 0163, que é o balcão arrecadador da campanha. Ainda há isso aqui. Ontem foi montado o balcão para promover uma renúncia fiscal jamais vista na história deste estado. Praticamos injustiça com o contribuinte que paga em dia, porque concedem 50% de desconto para quem já está no Refis e aumentam para 20% a arrecadação do Fundo Social, porque para aquele dinheiro não há controle, não há orçamento, não há nada, deputado Sargento Amauri Soares.

Então, além da maldade e da injustiça com o servidor, há a Medida Provisória n. 0163, que precisamos queimar em praça pública, porque é o grande balcão arrecadador da campanha dessa gente.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Obrigado pelo aparte, deputado Joares Ponticelli, que será agregado ao nosso pronunciamento.

Quero falar de uma reunião que houve entre os líderes das bancadas da Assembleia, ontem de manhã, com a presença de quase todos, na qual foi encaminhado o assunto das MPVs. Não quer dizer que vai ser resolvido, porque, como estava falando ontem, quando interessa aos poderosos, o boi voa e quando interessa aos trabalhadores, o boi atola.

Foi decidido nessa reunião que no pacote de medidas provisórias, algumas não têm qualquer injustiça e, portanto, terão o seu trâmite normal na Casa. São elas: a de n. 0165, para os trabalhadores do Deter; a de n. 0167, do Deinfra, referente à descompactação, que é de todos os servidores estaduais; a da Udesc, que concede um incremento linear para todos os servidores, não só para 5%; a de n. 0172, da Fapesc, que é dos servidores civis da secretaria de Segurança Pública, um abono para todos os servidores não policiais, e a de n. 0176, dos ex-combatentes. Todas essas MPVs terão trâmite normal.

Já as Medidas Provisórias n.s 0174, da Saúde, 0178, que discrimina a maioria dos trabalhadores da Saúde, e a 0169, que discrimina 95% dos policiais militares e bombeiros, que são os praças, estão no gancho.

Catarinenses, a nossa luta vai continuar para que o governo tome alguma providência decente e digna ainda este ano.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Gilmar Knaesel, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que participam e assistem à sessão da Assembleia Legislativa, da mesma forma a nossa imprensa, quero registrar inicialmente a satisfação e até um início de alegria de poder retornar a esta Casa, depois de estar afastado por mais de três anos, cumprindo a missão que me foi confiada de ser secretário de Turismo, Cultura e Esporte.

Volto no meu quinto mandato e sei que esta Casa, além de tratar das questões legislativas, é o grande palco das discussões políticas, dos problemas sociais e econômicos do nosso estado. É a Casa do debate, onde se busca, independentemente da cor partidária, de ser Situação ou Oposição, melhorar a qualidade de vida dos catarinenses.

Quero fazer, rapidamente, um pequeno registro da nossa passagem na

secretaria e acredito ter deixado uma estrutura de políticas públicas na cultura, no turismo e no esporte, que hoje têm reconhecimento em nível nacional e até internacional.

Quero dizer que as três áreas são emblemáticas também, porque na cultura, no esporte e no turismo há geração de empregos, de impostos e, acima de tudo, um sentimento de prazer, de alegria, pois as pessoas, além das preocupações com o trabalho, com a questão da saúde pública e da educação, hoje precisam e têm direito ao lazer.

Além disso, por havermos implantado, juntamente com o ministério da Cultura, em nosso estado o primeiro roteiro da imigração, hoje temos reconhecimento nacional. Da mesma forma, somos pioneiros na parceria com o governo federal na questão da implantação do Sistema Nacional de Informação de Indicadores de Cultura, que é um dado estatístico importante, pois precisamos exatamente saber o que é cultura, onde ela está e o que significa para a sociedade.

Além de tudo, implantamos a política dos editais, talvez a maneira mais justa para levar recursos públicos a entidades não-governamentais que fazem um trabalho muito importante. O poder público muitas vezes não atua e aí entram as entidades não-governamentais, que precisam do apoio público, através dos editais.

Somos modelo na Cinemateca, que premia a produção do cinema em nosso estado, através de lei estadual. E agora temos o Edital Elizabete Anderle e juntamente com os demais pares queremos transformar essa proposta em lei estadual para que seja perene.

Da mesma forma, na área do esporte, demos continuidade às políticas de eventos no calendário estadual, apoiando atletas, equipes e fundações municipais. Esse modelo catarinense foi construído há muitos anos e também é referência. Fomos pioneiros, em nível nacional, na implantação do Fundesporte, responsável, hoje, pela execução das políticas da área, juntamente com a Fesporte e com as entidades das federações esportivas.

No turismo há o programa da regionalização. Hoje temos dez regiões turísticas estabelecidas em nosso estado, para promovermos não apenas os grandes destinos de Santa Catarina, mas também os destinos lá do interior do estado, onde há inúmeros atrativos que nunca tiveram oportunidade de ser mostrados nem para os catarinenses, nem para os brasileiros e muito menos para os turistas internacionais. Essa regionalização foi possível através do Funturismo, projeto pioneiro, que agora está sendo copiado pelos demais estados da federação.

Mas toda essa política, toda essa engrenagem montada teve, aqui na Assembleia Legislativa, todo o apoio necessário. Primeiramente, através do Plano de Desenvolvimento Integrado do Lazer, o PDIL, que foi estabelecido dentro da diretriz de melhor conhecer-nos, para

melhor desenvolver-nos. E a Assembléia foi parceira ao aprovar o Plano de Desenvolvimento Integrado do Lazer, que contempla o turismo, a cultura e o esporte.

Da mesma forma ocorreu na criação do Funturismo, do Fundesporte e do Funcultural, que também são leis estaduais aprovadas por esta Casa e que hoje são responsáveis por termos recursos assegurados para esse setor.

O Poder Legislativo transformou também em lei os Conselhos de Cultura, de Esporte e de Turismo, que hoje são deliberativos. Assim, a partir de 2010 todo e qualquer projeto de incentivo tem que, obrigatoriamente, ter a aprovação desses conselhos. Portanto, mais uma vez esta Casa não faltou na implantação e implementação dessas políticas públicas.

E o reconhecimento está aí. O nosso estado, nos últimos três anos, foi reconhecido nacionalmente não como o maior, esse não é o nosso objetivo e não pode ser, porque a nossa capacidade de carga nem nos permite isso, mas somos o melhor destino turístico do Brasil. E aí entra uma série de questões, ou seja, não apenas nossas belezas naturais tão importantes, mas nossos equipamentos como hotéis, restaurantes, além do fator segurança, pois em nível de Brasil Santa Catarina tem o menor índice de criminalidade. Esse é um fator importante, já que ninguém viaja para destinos nos quais se sintam inseguro ou que coloquem em risco sua própria família. Fator importantíssimo também para esse lugar de destaque é a nossa gastronomia, que foi muito bem avaliada em todos os quesitos. Sabemos que as nossas universidades nos ajudaram no avanço que tivemos na gastronomia cultural e étnica, que mantém e resgata as tradições italiana, alemã, açoriana, enfim, todas aquelas que compõem o nosso estado e que são tão importantes para a consolidação do turismo interno.

Então, termos sido eleito por três anos consecutivos como o melhor destino turístico do Brasil é, sem dúvida, um reconhecimento ao trabalho desempenhado. Claro que temos problemas, e eles estão relacionados principalmente à infraestrutura, pois não é mais possível, e isso foi apontado nas nossas pesquisas, convivermos com o aeroporto de Florianópolis. Há mais de sete anos que vem sendo prometida a sua revitalização ou a construção de um novo terminal, mas até agora nada aconteceu. Da mesma forma as nossas rodovias. Apesar do avanço do BID IV, do BID V, recentemente assinado, as nossas rodovias ainda deixam muito a desejar na questão de segurança, de sinalização, a fim de que sejam também um atrativo para os turistas.

Quero apontar também a questão do saneamento básico, pois nós temos, hoje, um dos piores índices do Brasil. Trata-se de um erro político de muitos governos, mas temos que avançar nessa questão e para isso precisamos de financiamento internacional. Justamente por isso, acabamos de assinar, no Japão,

um financiamento que há muitos anos havia sido prometido para o nosso estado. Que ele possa resolver o problema da Grande Florianópolis, de Balneário Camboriú e de algumas cidades balneárias, mas também o problema das pequenas cidades do interior. Por exemplo: na cidade de Gravatal, nossa estância hidromineral do sul, o lençol freático ficará comprometido se não houver uma ação urgente de saneamento básico naquele grande destino turístico de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado Gilmar Knaesel, gostaria de aproveitar a oportunidade para parabenizá-lo pelo bom trabalho que fez à frente da secretaria de Esporte, Cultura e Turismo, ao longo do governo de Luiz Henrique e Eduardo Pinho Moreira, e de Luiz Henrique e Leonel Pavan. Com certeza, foi uma época de ouro daquela secretaria, que sempre foi considerada, eu diria, o primo pobre de todas as secretarias, que sempre teve dificuldades, que sempre mendigou, que sempre esteve com o pires na mão buscando recursos na secretaria da Fazenda para desenvolver os seus projetos.

Entretanto, no período em que v.exa. esteve à frente daquela secretaria, tivemos uma época diferenciada, que haverá de ser lembrada no futuro, porque talvez não esteja sendo devidamente valorizada neste momento, como a melhor época de toda a história de Santa Catarina em relação ao setor de turismo, cultura e esporte. E v.exa. teve, com certeza, uma responsabilidade muito grande ao bem conduzir esse setor em nosso estado.

Parabéns, deputado Gilmar Knaesel!

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - É nessa linha que eu iria encerrar, deputado Rogério Mendonça, ou seja, só conseguimos avanços nos segmentos do turismo, da cultura e do esporte porque recebemos apoio. E quero dizer que a Assembleia Legislativa sempre foi nossa parceira, pois não nos faltou quando para cá encaminhamos o orçamento e também as principais propostas, os principais projetos de lei. Além disso, mas não menos importante, sempre recebemos o apoio dos então governador Luiz Henrique da Silveira, vice-governador Eduardo Pinho Moreira e vice-governador Leonel Pavan, que entenderam...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Gilmar Knaesel.

Eu gostaria de registrar a presença, nas galerias desta Casa, do prefeito de Arbutã, sr. Jackson Luiz Patzlaff, acompanhado da secretária da Educação, Rosane Dalanhol.

É um prazer tê-los na Assembleia Legislativa e esperamos que tenham um excelente dia em Florianópolis!

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, quero cumprimentar os servidores do estado que se encontram neste plenário.

Deputado Sargento Amauri Soares, acho que teremos uma peregrinação de funcionários públicos à Assembleia Legislativa e acho também que eles devem vir mais aqui, porque durante três anos e quatro meses fizemos oposição de forma sistemática ao governo do estado, registrando a falta de uma política salarial, registrando a forma esmiuçada como isso era tratado, o que nos fez chegar ao fundo do poço!

Hoje, quando abrimos o *Diário Catarinense*, lemos o seguinte: "**Nó do pacote** - Servidor à espera das gratificações. Governo e Assembleia continuam sem solução para ampliar benefício."

Agora querem colocar no nosso colo, deputado Lício Mauro da Silveira, a solução desse pacote, como se tivéssemos a responsabilidade e condições para desenrolar esse pacote! Gostaríamos de ter uma varinha de condão, principalmente eu, que sou do Partido dos Trabalhadores, porque em nível nacional essa política não foi adotada. Ela foi assumida em favor do conjunto do funcionalismo público da União, foi implementada como uma política macro de governo. Mas aqui foi a política dos aquinhoados e a solução não depende da Assembleia!

O interessante, deputados Lício Mauro da Silveira e Silvio Dreveck, é que uma série de deputados que estão voltando a esta Casa e que até a semana passada eram secretários, não fazem a defesa enfática do que está aí. Enquanto estavam lá, era bom. Agora eles têm que, nesse mau momento, também fazer a defesa do governo, como fizeram nos últimos quatro anos, afundando do jeito que afundaram a questão da política pública!

Eu sei que houve, em determinados momentos, críticas de alguns deputados da base governista, mas quem estava lá e é corresponsável tem que se pronunciar aqui, tem que ser governo nos bons e nos maus momentos! Esses são os verdadeiros companheiros.

(Palmas das galerias)

Eu aqui, em determinados momentos, fiz críticas ao governo Lula pela adoção de algumas posturas e vou continuar fazendo quando assim entender. Agora, sempre assumindo este como o melhor governo da história deste país, o que não se pode, neste momento, dizer do governo do estado.

Agora, não cabe passar para a Assembleia Legislativa a responsabilidade de achar uma solução. Tivemos um problema de última hora, na semana passada, quando em menos de 24 horas chegaram aqui projetos de lei que tiveram que ser transformados em medida

provisória, para ver o que se podia fazer. Foi o máximo que conseguimos fazer aqui.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Só quero complementar essa discussão a respeito do pacote de medidas que está aqui discriminando a maior parte dos servidores estaduais, dizendo que alguns deputados pensam que temos que dizer aos servidores qual a situação, para que eles possam ir para casa descansar. Quero dizer que, se entendo alguma coisa sobre tática, se eles forem para casa esse pacote acabará sendo aprovado do jeito que está. Porque essas medidas provisórias têm dois meses para tramitar, abril e maio, e se os servidores não estiverem aqui terão prejuízo e não poderão nem ver quem votou a favor, quem votou contra e quem se manifestou de forma contrária.

Quero anunciar também que foi decidido ontem, pelos servidores da Saúde, que a categoria fará uma assembleia na segunda-feira, às 14h, com a possibilidade, inclusive, de dar início a uma greve de protesto contra a discriminação.

Solicitei este aparte, deputado, para fazer esse esclarecimento e para fornecer essa informação, porque não houve tempo de fazê-lo no meu pronunciamento. Quero agradecer a v.exa. a oportunidade e parabenizá-lo pelo pronunciamento e pelo posicionamento a esse respeito.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado Sargento Amauri Soares, esse é o nosso papel, nesta Casa. Infelizmente não temos muito que fazer, a não ser esperar que os servidores venham para cá fazer vigília durante 60 dias, porque é importante estarem aqui, é importante acompanharem e observarem se vamos continuar adotando a mesma conduta.

O povo catarinense, neste momento, está acompanhando o que está acontecendo em relação às chuvas no estado do Rio Janeiro, com inúmeros mortos, fato já vivenciado por nós, em Santa Catarina, no final de 2008, com os desmoronamentos. O que aconteceu aqui, deputado Lício Mauro da Silveira, está acontecendo no Rio de Janeiro, na região de Niterói, devido à ocupação indevida dos morros e aos desmatamentos.

A imprensa muitas vezes passa a informação como se tudo fosse apenas consequência das chuvas. É certo, sim, que o volume de água tem sido extremamente elevado, e até se está dizendo que a densidade pluviométrica de agora é uma das maiores dos últimos 40 anos. Mas temos que lembrar que há 40 anos aquelas áreas não eram ocupadas e que não havia esse contingente de lixo de hoje entupindo as galerias pluviais, as bocas de lixo e as tubulações; temos que lembrar também que além da ocupação desordenada das áreas urbanas e das

áreas de risco, precisamos ter uma consciência coletiva, que se forma através de um processo educativo sobre as questões ambientais e, principalmente, sobre a higiene das áreas públicas.

Não dá para aceitar que a população jogue tamanho volume de lixo, como vimos ontem, no *Jornal Nacional*, no Rio de Janeiro, ocasionando a impossibilidade de escoamento pelas tubulações. Aí é lógico que não há natureza que resista, porque nós é que estamos causando o aprofundamento dos problemas ambientais. E para haver uma mudança é importante que seja adotada uma política educacional nesse sentido nas nossas escolas, nas empresas, inclusive na Assembleia, porque muitas vezes encontramos lixo do lado de fora.

Então, temos que ter essa conduta, esse procedimento, para que sacrifiquemos menos a natureza e para que a população não sofra as consequências dos desastres ambientais.

Muito obrigado, sr. presidente!

(REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Não havendo deputados do PPS que queiram fazer uso da palavra, o próximo espaço é destinado ao PP.

Com a palavra o deputado Lício Mauro da Silveira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, pessoas que nos visitam neste momento, o assunto que trago aqui considero de extrema gravidade. Baseio-me numa notícia com referência ao Centro Educativo Dom Jayme de Barros Câmara, que era a antiga Fucabem.

(Passa a ler.)

"Secretária de Estado visita Câmara e acende polêmica sobre o Dom Jayme"

Denúncia de que Município teria vendido área de 31 mil m² doada pelo Estado para empresas particulares esquentou sessão." [sic]

E aí a sessão na Câmara Municipal foi uma loucura.

Eu assumi o compromisso de, uma vez por mês, pelo menos, quando recebo denúncias ou assuntos diversos que são de interesse comunitário, devidamente assinados por pessoas sérias e comprometidas Santa Catarina, vir aqui denunciar fatos graves ou registrar assuntos relevantes.

Na semana passada, eu recebi do sr. Rogério Enoch Rech - tenho permissão para falar no seu nome, senão não o faria, preservaria o seu nome - o seguinte documento assinado por ele:

(Passa a ler.)

"Excelentíssimo deputado estadual Lício Mauro da Silveira

Venho, por meio desta, mostrar mais uma vez a minha indignação com o que está ocorrendo no município de

Palhoça. Fiquei estarelecido quando, na sessão do dia 23/03/2010, na Câmara de Vereadores de Palhoça, do pronunciamento feito pela secretária estadual da Assistência Social, Trabalho e Habitação, Dalva Maria De Luca, aonde a mesma viria somente para fazer uma explanação do seu trabalho e da sua equipe e responder ou retirar qualquer dúvida dos parlamentares deste Município. Mas, para o espanto de todos, ela veio munida de dados e de documentos, que foram entregues a todos os vereadores, onde a Secretária", com muita razão e propriedade, "fez graves acusações de desvio das finalidades quando da doação de um terreno desmembrado de uma área maior, Centro Educacional Dom Jayme de Barros Câmara, para que a Prefeitura de Palhoça implantasse um parque industrial. Esta doação foi feita em 2005 pela Lei 13.645 [...]” [sic]

Essa lei foi aprovada por esta Casa, a cópia da lei está aqui, e parte do terreno foi vendido para empresas particulares, deputado Silvio Dreveck!

Prefeito sem-vergonha, para não chamar de outra coisa! Patrimônio público sendo doado para particulares em detrimento da instalação de um parque industrial. Como podemos classificar um prefeito dessa estirpe?!

(Manifestações das galerias)

É esse mesmo que a senhora falou, o nome dele é Ronério Heiderscheidt. É isso aí que a senhora falou.

A secretária foi taxativa, deputados. Foi taxativa mesmo!

Está o seguinte na lei:

(Continua lendo.)

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Palhoça o imóvel contendo trinta e um mil oitocentos e dezenove metros e dezoito decímetros quadrados, a ser desmembrado de uma área maior, matriculada sob o nº 12.168[...]” É a Fucabem mesmo.

“Art. 2º A doação de que trata esta Lei tem por objetivo estagnar invasões e a instalação de Parque Industrial no Município.”

Estagnar invasões. Ele mesmo vendeu a propriedade pública. Que prefeito cara de pau!

E no art. 3º está o seguinte:

(Continua lendo.)

“Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e

III - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta doação em desacordo com a lei municipal destinada a regularizar a utilização do imóvel na finalidade disposta no art. 2º desta Lei.” [sic]

Esse cidadão que fez a denúncia é um cidadão pelo qual temos que ter respeito, pois é corajoso. Eu pesquisei a seu respeito e é um cidadão honesto, que não é rico, mas que tem integridade.

Porque eu não vou fazer aqui nenhuma colocação de qualquer cidadão que venha fazer oba, oba em cima de um assunto tão sério!

Eu conheci Rogério Enoch Rech, ele é realmente uma pessoa de extrema sensibilidade e correção. Ele estava na Câmara Municipal, presenciou o fato e ficou estarelecido. Tão estarelecido, deputado, que denunciou à Promotoria da Moralidade Pública no município de Palhoça. Não sei o que vai acontecer, vocês têm razão, mas nós aqui vamos tomar providências. Não sei se vamos requerer a formação de uma comissão parlamentar externa para viabilizar o acompanhamento dessa denúncia e enviá-la ao Tribunal de Contas, porque é obrigação daquela Corte de Contas também verificar. Além disso, vamos fazer uma denúncia formal com relação a esse prefeito.

E por falar nesse prefeito, já ocupei esta tribuna para fazer denúncias contra esse mau gestor público. Recentemente, ele fechou uma rua para instalar uma grande fábrica, fazendo com que os habitantes não pudessem mais ter acesso à BR-282. Mas pela ação de um cidadão de coragem, tudo foi denunciado ao Ministério Público e a construção foi demolida, na semana retrasada, e a estrada será reaberta.

Como é que um cara de pau desses - acho que ele está imunizado, porque nem cupim bate nele -, toma atitudes desse tipo!

Então, meus amigos, quando aprovamos uma lei, fazemo-lo com a maior sinceridade, em todas as comissões. E quando temos dúvidas, fazemos diligências, mas às vezes nos deparamos com interesses escusos. As empresas que foram vendidas realmente são particulares.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado, parabéns pelo seu pronunciamento. De fato, coisas estranhas estão acontecendo na Palhoça.

No caso da fábrica de sorvetes, ele tem um terreno de um lado e um terreno do outro lado. Assim, resolveu pegar a estrada também para instalar ali uma fábrica de sorvete. Abriam uma CPI na Câmara de Vereadores de Palhoça. O vereador Leonel José Pereira, do PDT, que é soldado da Polícia Militar, e a secretária Dalva Dias denunciaram porque o prefeito estava utilizando erroneamente algo que, inclusive, diz respeito à secretaria da Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Mas, deputado Lício Mauro da Silveira e demais deputados, vamos ter que fazer uma comissão parlamentar externa, porque parece que no dia de ontem um vereador do PSDB daquele município retirou sua assinatura da solicitação de constituição de CPI, um fenômeno que já aconteceu por aqui também: o parlamentar assina e depois “desassina”. E é isso que está acontecendo em Palhoça, propiciando a continuidade

dessas situações lamentáveis que v.exa. relatou aqui.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Deputado, vamos tomar as devidas providências. Não podem ocorrer casos desse tipo no estado de Santa Catarina! Infelizmente está acontecendo aqui em Palhoça, através da ação de um prefeito irresponsável, para não o chamar de outra coisa, ou seja, se o que a secretária falou é verídico, não passa de um administrador safado!

(Manifestações das galerias)

Vamos tomar providências do a quem doer. Isso não é possível, deputado Manoel Mota. Trata-se de um bem público cuja doação contou com a aprovação de v.exa., minha e de todos os deputados, que votaram com a maior honestidade! E vem um administrador público inescrupuloso tomar esse tipo de atitude!

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(COM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Agradecemos ao deputado Lício Mauro da Silveira.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o deputado Onofre Santo Agostini, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, srs. deputados, não pretendia manifestar-me desta tribuna tão cedo, pois estou preparando um relatório para mostrar o que fizemos como secretário de Desenvolvimento Econômico Sustentável do governo de Luiz Henrique. Mas lá no meu gabinete, pela televisão, ouvi a manifestação do deputado Jailson Lima, que é um excelente deputado, mas quero dizer que não aceito, sob hipótese alguma, as suas colocações.

Eu tenho cinco mandatos de deputado estadual, já fui presidente desta Casa e não aceito ser patrulhado! Não concordo e não admito que um deputado venha aqui chamar atenção de uma bancada, por uma manifestação de um deputado. Defender o governador Luiz Henrique da Silveira, eu vou defender todas as vezes em que ocupar esta tribuna, porque, no meu entender, ele foi o maior governador que Santa Catarina já teve.

(Manifestações das galerias)

Jamais Santa Catarina terá um governador como Luiz Henrique da Silveira. Não tenham dúvida nenhuma!

O problema salarial deve ser debatido, discutido, mas acho demagogia os deputados virem aqui dizer que vão apresentar emendas às medidas provisórias. Nós sabemos que não existe possibilidade legal de apresentar emendas a medidas provisórias, pois elas têm eficácia no momento em que são editadas. Depois, ou se tornam lei, ou perdem sua eficácia. Isso é o que acontece. Agora, enganar a plateia dizendo que vão apresentar emenda, que vão fazer isso ou aquilo é demagogia pura

e temos que ter a responsabilidade de dizer para Santa Catarina se votamos a favor ou não da medida provisória. Sim ou não, simplesmente isso.

Entretanto, o que não podemos aceitar é patrulhamento de deputado. Eu não aceito. Eu não fui eleito deputado para aceitar patrulhamento de deputado nenhum. Eu sou deputado estadual há cinco mandatos, já fui presidente desta Casa, já fui prefeito e por isso tenho responsabilidade suficiente para votar conforme a minha consciência. Voto conforme quero, critico quem quero, porque é um direito do parlamentar, e defendo quem acho que merece. Assim, é um direito meu vir aqui defender o governador Luiz Henrique. Defendo, sim, porque, no meu entender, repito aqui, nenhum governador de Santa Catarina fez tantas obras como ele.

Quanto ao problema salarial, vamos discutir, mas vir aqui criticar a posição de um deputado, faça-me o favor, deputado Jailson Lima! Eu respeito v.exa. como deputado, como cidadão, como médico, mas não aceito que v.exa. faça crítica com relação à posição desse ou daquele deputado. Eu voto conforme quero, repito, tomo a posição que quero e o meu partido tem a posição que ele quer ter.

Nós tivemos responsabilidade, srs. deputados, e num momento difícil saímos do governo e deixamos o futuro governador Leonel Pavan livre para escolher quem quisesse, porque o compromisso dos democratas era com o governador Luiz Henrique da Silveira.

Durante o período em que estivemos à frente da secretaria cumprimos o nosso dever. É bom que v.exa. saiba que durante a nossa gestão acionamos empresas de fora, quer no Prodec, quer nas PCHs, e conseguimos mais de R\$ 8 bilhões de investimentos para o nosso estado e geramos mais de 34 mil novos empregos. Tudo isso graças à ação deste deputado, como secretário, mas principalmente graças à ação do governador Luiz Henrique da Silveira.

Por isso, deputado Jailson Lima, v.exa. que defende a filosofia do seu partido, a ideologia do seu partido, e é um direito seu, não tem o direito de vir aqui criticar a posição de deputados que têm um ponto de vista diferente do seu. Nós estamos numa democracia, deputado Serafim Venzon, e nela cada um pode externar o seu ponto de vista, no campo das idéias. Agora, agredir deputados, ofender deputados dizendo que mudaram de lado, não admito! Não mudamos de lado não! Continuamos defendendo o governador Luiz Henrique, porque foi o melhor governador de Santa Catarina até hoje! Agora, criticar simplesmente porque um deputado veio aqui e posicionou-se contra determinada medida provisória, eu não aceito. Não aceito esse tipo de crítica, não aceito! Não aceito e requeiro à Presidência respeito. Nós merecemos respeito! Não podemos sujeitar-nos à vontade, à ideologia e à filosofia daqueles que têm um ponto de vista contrário ao nosso. Eu os respeito! Respeito! Eu não critico a posição desse

ou daquele deputado. Cada um faz como quer! Cada qual age conforme a sua consciência! Não admito imposição!

(Manifestações das galerias)

Podem ter certeza, meus queridos funcionários, que sempre votarei a favor dos projetos que para cá vierem e que beneficiem os servidores públicos de Santa Catarina. Eu votarei a favor, sim. Não pensem os funcionários que tenho medo de vaia, eu já enfrentei isso muitas vezes, porque tenho consciência e sei cumprir o meu dever. Se estou aqui pela quinta vez é porque sei cumprir o meu dever. Não são vaias que irão assustar-me; não é imposição que vai assustar-me, amedrontar-me, muito menos crítica de deputado vai assustar-me ou à minha bancada. Nós saímos do governo, mas não somos oposição. Vamos dar apoio ao governo de Leonel Pavan! Claro que vamos! Dentro daquilo que entendermos ser a favor de Santa Catarina e do povo catarinense.

Srs. deputados, reitero que não queria vir fazer essas colocações, mas seria covardia de minha parte, seria covardia do meu partido se não reagissemos a essas insinuações maldosas do deputado Jailson Lima. Não aceitamos! Eu não aceito e o meu partido também não aceita esse tipo de afronta, esse tipo de gozação, de desrespeito a este Parlamento, como estamos vendo acontecer através dos microfones desta Assembleia Legislativa.

Fica aqui o meu protesto, o meu desabafo! Esta Casa merece respeito, srs. deputados! Não podemos aceitar esse tipo de coisa que está acontecendo aqui, fazendo demagogia, jogando para a plateia, criando fatos, prezados funcionários, que não trazem benefício a nenhum de vocês, não. É só demagogia e só jogo para a plateia. Na prática, objetivamente, vamos votar a favor das medidas provisórias, porque é a maneira de contemplar os funcionários de Santa Catarina.

(Manifestações das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Onofre Santo Agostini.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até 17 minutos.

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Peço à platéia que faça silêncio enquanto os deputados falam.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, colegas parlamentares, senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

"Faz algum tempo que este deputado vem-se posicionando, desta tribuna e em outras ocasiões, para a necessidade de o governo federal rever a política de transportes, especialmente o transporte de cargas por via ferroviária.

Sou filho de ferroviário e representante do planalto norte, região que teve seu desenvolvimento diretamente

relacionado à história da malha ferroviária em Santa Catarina. E é exatamente por isso que defendo a necessidade de um olhar mais atento ao que está acontecendo na estrada de ferro que já foi o grande elo de integração do planalto, do meio-oeste e de outros estados, hoje cada vez mais abandonada.

A chamada Ferrovia do Contestado, trecho de 613km entre Mafra e Piratuba, merece mais atenção do governo federal! Desde sua privatização, em 1997, quando passou a ser operada pela Ferrovia Atlântico-Sul, posteriormente denominada América Latina Logística - ALL -, essa malha ferroviária teve acelerada a sua desativação, que resultou no abandono da maior parte do trecho.

É fato inconteste que essa antiga ligação com o sul do Brasil perdeu muito em concorrência no transporte de cargas desde a inauguração do ramal São Paulo/Rio Grande, mais moderno, e que hoje ainda está em operação e passa por Lages, pois tem um trajeto menos acidentado e permite maior velocidade das composições. Mas também não se pode negar que em 1997, quando ainda era operada pela Rede Ferroviária Federal, o trecho do meio-oeste e do planalto norte servia para o transporte de cimento, calcário, pedra brita, areia, lenha, soja, milho e outras cargas. Ou seja, muitos desses produtos deixaram de ser transportados por trem e passaram a ser levados até seus destinos por via rodoviária.

Entendo que o governo federal acordou tarde para o gargalo da malha ferroviária catarinense. Há muito tempo a região oeste cobra uma ligação que possa escoar a produção local, dar vazão às exportações das agroindústrias, para ser elo de aproximação com a Argentina e até o Pacífico - o tão almejado corredor bioceânico.

O governo catarinense sinalizou para a necessidade de investimentos federais em ferrovias já em 2003, mas as ações empreendidas estão praticamente restritas ao entorno de Joinville, até o porto de São Francisco do Sul. Hoje temos uma triste constatação, pois dos quase 29.000km de ferrovias privatizadas, quase 18.000km não veem passar uma única composição por dia, e aí se inclui o nosso trecho administrado pela ALL.

No ano passado, a Agência Nacional dos Transportes Terrestres - ANTT - detectou que 62% dos trilhos estão semiabandonados o que impede que pequenos e médios usuários utilizem as ferrovias. Vejam que para a ALL o trecho de Mafra até Piratuba consta como estando 'em operação'. Mas não é nada disso que se vê na prática. Não existe nenhum trem passando lá. A concessionária deixou de manter pessoal técnico e administrativo habilitado e em condições de atender às necessidades da ferrovia. Os únicos postos de trabalho existentes são terceirizados e insuficientes para manter serviços mínimos, como a capina no entorno da linha férrea, a limpeza de drenos, a inspeção

de dormentes, parafusos e talas de junções. Faltam milhares de parafusos e *trefonds*, há dormentes que foram substituídos em alguns trechos e não tiveram os trilhos recolocados. Em outros locais, até as segundas linhas de manobra desapareceram e há denúncias que trilhos em estado razoável de conservação foram retirados, levados para outros trechos das redes da ALL, sendo trocados por trilhos desgastados - o que ainda inviabiliza ainda mais a ferrovia.

Há algumas semanas, o Portal de Canoinhas, um *site* da minha cidade, noticiou que a Associação de Amigos do Trem está conseguindo reformar parte do trecho entre Porto União e Matos Costa e de Porto União até Irineópolis, para fazer o transporte de turistas, através de composições movidas pela força da velha Maria Fumaça, as Locomotivas 310, que fizeram história na região. Vejam que é uma atitude nostálgica, e basta o trem rodar para que as pessoas despertem o imaginário, as lembranças de épocas memoráveis, as viagens do passado.

Há muito defendendo a necessidade de se revitalizar a ferrovia do Contestado. É um trecho com problemas de topografia, há dificuldade de reativação, mas ali existe um leito ferroviário e a região quer que o trem volte. Há até uma ação civil pública do Instituto de Defesa do Cidadão contra a ALL, que tramita na Justiça Federal em Caçador, que cobra a manutenção integral do ramal entre Mafra e Piratuba, a indenização para a União pelos materiais deteriorados e o ressarcimento pelo dano moral coletivo, por lesão ao patrimônio cultural, afóra a retomada dos trens.

Vejam que ferrovia é um assunto sério no país, pois o governo fala em investimento de R\$ 71 bilhões até 2014, e isso significa nada menos que significa 270% a mais do que foi investido entre 2004 e 2008. São verbas públicas e privadas - é bom que se diga!

O setor é carente de aplicações em expansão da malha, modernização e renovação de equipamentos e de infraestrutura. Vale lembrar que, se tudo o que está prometido for cumprido, o Brasil ainda não terá voltado ao patamar de aproveitamento das ferrovias que tínhamos em 1950. A malha ferroviária atual do país tem 29.000km. Se tudo o que está programado for construído, chegaremos a 35.000km em 2015. A expansão programada prevê 52.000km de trilhos até 2030, incluindo-se grandes projetos, como o trem de alta velocidade ligando Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro, que faz parte do caderno de obras prometido para a realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Voltando à ALL, podemos até admitir que a empresa investiu em locomotivas e vagões, recuperação de pátios e em algumas linhas, mas no planalto norte ocorreu o inverso - a marca daquela empresa é o abandono e o sucateamento da Ferrovia do Contestado.

Por isso é que cobramos uma mudança de postura e a intervenção do

governo federal para recuperar aquela ferrovia e a malha ferroviária em Santa Catarina."

Faço um apelo à bancada do Partido dos Trabalhadores, no sentido de que faça com que a malha ferroviária do planalto norte e do oeste seja olhada pelo governo Lula de verdade, pois a responsabilidade sobre a ALL é do governo federal. Esperamos que o governo Lula realmente assumira a sua responsabilidade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado ao PMDB, com a palavra o sr. deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente...

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. deputado, eu...

O Sr. Deputado Jailson Lima - Tudo bem, depois faço a minha solicitação.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, gostaria de, primeiramente, parabenizar o deputado Antônio Aguiar, mas também quero aproveitar este espaço para falar sobre a Festa Nacional da Cebola, que está acontecendo em Ituporanga, neste final de semana.

A Festa Nacional da Cebola acontece dos dias 6 a 10 de abril, ou seja, iniciou na terça-feira e termina no domingo. Sem dúvida é um dos maiores e mais tradicionais eventos agropecuários do estado de Santa Catarina. Para termos uma idéia, deputado Sargento Amauri Soares, que é de Imbuia, Santa Catarina hoje é o maior produtor brasileiro de cebola, produz 370 milhões de quilos anuais. Somente a cidade de Ituporanga, que é o maior município produtor do Brasil, produz 90 milhões de quilos anuais.

O consumo brasileiro de cebola, deputado Manoel Mota, por mês, é de 90 milhões de quilos. Portanto, Ituporanga produz cebola para abastecer o Brasil durante um mês. E é importante colocar que a região no entorno de Ituporanga, deputado Sargento Amauri Soares e deputado Jailson Lima, que também são da região, produz 70% da cebola. Ou seja, Atalanta, Vidal Ramos, Imbuia, Leoberto Leal, Chapadão do Lageado e Alfredo Wagner, que é um grande produtor, somente esses municípios produzem aproximadamente 70% da produção de cebola.

Este ano tivemos uma excelente safra, com uma média de comercialização em torno de R\$ 1,00 o quilo da cebola, tendo a vantagem de haver iniciado a sua comercialização mais cedo, o que é muito importante para o agricultor.

E quero aqui dizer ao povo daquela região de Santa Catarina, ao produtor, que é o principal responsável pelo *status* que Santa Catarina tem em diversos setores da agropecuária, e especificamente ao produtor de cebola, que muito devemos à Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural

de Santa Catarina -, da qual já fiz parte, bem como da Acaresc e da Empasc, empresas que com certeza permitiram que hoje tivéssemos esse destaque na cebolicultura nacional.

Mas, como ia dizendo haverá muitos eventos na Festa Nacional da Cebola. Nesta noite haverá *show* nacional com Zé Henrique e Gabriel. Haverá a Semana da Agricultura Familiar, com uma discussão muito ampla sobre o futuro da agricultura catarinense, ocasião em que os próprios agricultores da região estarão discutindo suas questões. Sexta-feira terá início o rodeio crioulo, com o *show* da banda Ponto Com; no sábado, o *show* de Perla, o *show* da banda Ponto Com e do conjunto Roupa Nova. No domingo, além da Corrida Rústica da Cebola, com uma premiação de R\$ 60 mil aos ganhadores, haverá um *show* nacional com Eduardo Costa.

Ocorrerão muitos outros eventos paralelos, como, por exemplo, a Feira de Pequenos Animais, *camping* para mais de 500 barracas, o Pavilhão da Agricultura Catarinense, o Festival Gastronômico com pratos diversificados tendo por base a cebola, e um parque de diversões.

Enfim, Ituporanga, com certeza, possui um dos mais belos parques de exposições de Santa Catarina e, sem dúvida, aquela festa haverá de continuar mantendo a tradição. Já tive o orgulho de ter sido prefeito do município e na oportunidade organizei três Festas da Cebola. Já tive o orgulho de chegar naquela cidade como engenheiro agrônomo atuando na atividade da agricultura, principalmente da cebola. E já tive também o privilégio de já ter sido presidente nacional dos produtores de cebola, até porque também já fui produtor de cebola, atuando diretamente nessa atividade.

Portanto, quero aproveitar e convidar a todos para que participem desse belíssimo evento.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Permito um aparte ao deputado Jailson Lima, que, como deputado da região, gostaria também de fazer uma referência sobre esse evento. Estivemos juntos na abertura daquela grande festa. Estarei também hoje e amanhã, inclusive com o dr. Eduardo Pinho Moreira, visitando todo o parque e tenho certeza de que v.exa. também estará presente durante diversos dias do evento.

O Sr. Deputado Jailson Lima - O deputado Peninha é o maior garoto propaganda da Festa Nacional da Cebola, todo ano faz aqui os seus pronunciamentos.

Eu tenho acompanhado cada vez mais a agricultura pujante da nossa região e o cultivo da cebola tem sido um dos principais fatores para a melhoria da agricultura familiar regional, não apenas pela capacidade técnica de nosso produtor, mas também e principalmente pela sua qualificação, em consequência dos diversos trabalhos que são feitos.

Assim como estará lá Eduardo Pinho Moreira, estaremos acompanhando a senadora Ideli Salvatti e o deputado Cláudio

Vignatti à festa. Logicamente, a Festa Nacional da Cebola, na minha avaliação, e tenho dito por onde passo, é uma das cinco maiores festas do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Com certeza teremos a participação de muitos catarinenses na festa. Estão sendo esperadas, inclusive, mais de 100 mil pessoas durante os dias da festa.

A região do alto vale do Itajaí, srs. deputados, além da Festa Nacional da Cebola, tem a tradição de fazer grandes eventos. Recentemente houve em Imbuia a Festa do Milho Verde; em Vidal Ramos houve a Doce Festa. Há também a Festa da Polenta, em Rio do Oeste, a Festa do Queijo, em Laurentino, a Festa do Leite, em Presidente Getúlio, a Festa do Galeto, em Taió, e a Festa do Arroz, tanto em Mirim Doce como em Agrônômica.

A nossa região é de pequenos agricultores, mas de uma agricultura forte, de uma economia forte. E nós só temos que parabenizar a gente do alto vale pela pujança e pelo trabalho que faz pelo desenvolvimento de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, somente quero registrar, tendo em vista o pronunciamento do deputado Onofre Santo Agostini, que vou solicitar à minha assessoria que pegue a gravação da minha intervenção, porque em nenhum momento quis enquadrar ninguém. Agora, esta é uma Casa plural, onde nós fazemos o bom debate. Quero dizer que em nenhum momento fui deseducado com nenhum parlamentar e estou longe de enquadrar o Democratas, porque não é o meu partido. E quero dizer que embora ele não saiba, apesar de ter cinco mandatos, medida provisória pode receber emenda, sim, não se pode apenas fazer emenda que gere despesas.

Mas fiz a intervenção acerca de quem participou do governo, e parabenizo-o pela sua intervenção, porque finalmente veio um secretário a público se pronunciar e fazer...

(Manifestação interrompida pelo término do tempo regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Eu peço a sua compreensão, deputado Jailson Lima, porque senão esta Presidência terá que dar também um minuto ao deputado Onofre Santo Agostini.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero enfatizar aqui um aspecto muito importante. Todos nós estamos percebendo o desenvolvimento que Santa Catarina e o Brasil vêm tendo, e esse desenvolvimento, como já disse várias vezes, não acontece por acaso, acontece porque nas últimas três décadas houve uma

participação democrática maior dos políticos e de uma sociedade mais informada, o que fez com que todos que têm responsabilidade político-administrativa passem a dirigir os investimentos no sentido de promover o desenvolvimento.

A Constituição de 1988 foi um grande passo nessa direção e os governantes que vieram depois conseguiram promover, usando a lei, uma série de investimentos voltados à infraestrutura.

Vejo aqui o deputado Pedro Uczai, que é o presidente da Frente Parlamentar Ferroviária de Santa Catarina e lembrei-me de v.exa., deputado, quando o meu filho de 18 anos, que faz faculdade em Joinville sobre a mobilidade dos sistemas ferroviário, marítimo e aeroviário, questionava a notícia de que, no norte de Paraná, todos os dias sai uma composição ferroviária de 120 vagões, cada um carregando 60 toneladas de soja. Imaginem a quantidade de caminhões que esse trem retirou da estrada, sem falar do peso dos caminhões que estraga as estradas.

Vejo v.exa. empenhado em executar o projeto técnico da ferrovia que irá de Araquari a Laguna e de Navegantes a Chapecó, podendo ser estendida até a divisa com a Argentina, e digo que isso é importante porque interligará todo esse sistema com a Argentina, o Paraguai e o Chile, ou seja, fará a ligação do oceano Atlântico com toda a América do Sul, promoverá um grande desenvolvimento para Santa Catarina, principalmente à região do litoral, e também criará um caminho curto para as exportações para os países asiáticos.

Como presidente da Frente Parlamentar da Logística Portuária, sabemos que Santa Catarina tem praticamente cinco grandes portos. Sabemos que o desenvolvimento de Santa Catarina e do Brasil passa necessariamente por esses portos. Aliás, nesta semana, na terça, quarta e quinta-feira, acontece em São Paulo a 16ª Intermodal South America, com a participação de empresários de vários estados que possuem atividade portuária grande, como é o caso de Santa Catarina.

Mas tramita nesta Casa, srs. deputados, outro projeto muito importante para a nossa infraestrutura. Refiro-me ao sistema ferroviário, que está caminhando, e ao sistema de transporte marítimo, ao sistema de cabotagem. Em Navegantes há uma via portuária para ser implantada. O governo do estado está encarregado de fazer as possíveis e necessárias indenizações, em parceria com a Portonave, dona de um terminal marítimo.

Outra ação grande de infraestrutura seria no sistema aeroviário. Ontem recebi em meu gabinete o diretor técnico da SC Parcerias, Ricardo Stodieck, que veio destacar a importância da implantação de um aeroporto em Barra Velha e Araquari. Na verdade, 1/3 desse aeroporto ficaria no município de Barra Velha e 2/3 em Araquari, mas é tido como aeroporto de Barra Velha porque fica atrás, digamos assim, do Posto Sinuelo, que muitos conhecem. O aeroporto ficaria numa região muito importante, próxima à BR-101 e distante 140km do aeroporto de São José dos Pinhais, no Paraná, a aproximadamente 140km do aeroporto de Florianópolis e a 200km do

aeroporto de Laguna. Então, ficaria numa área com grande desenvolvimento econômico, pois atenderia Tijucas, Itapema, Balneário Camboriú, Camboriú, Itajaí, todo o vale do rio Itajaí, destacando Gaspar, Blumenau, Indaial, além de Araquari e Joinville. Como veem, uma área com alta densidade populacional.

Para todos terem uma idéia do sistema aeroviário de Santa Catarina, os nossos aeroportos têm as seguintes configurações:

Florianópolis, por exemplo, tem uma pista de 2.300m e uma área total de 2.100.000m²; Jaguaruna, uma pista de 2.500m, com uma área total de 3.100.000m²; Lages, uma pista de 1.800m, para uma área total de 2.200.000m²; Joinville, uma pista de 1.600m, com uma área total de 900.000m²; Chapecó, uma pista de 2.000m, com uma área total de 1.200.000m²; e Navegantes, uma pista 1.700m, com uma área total de 720.000m².

São pistas pequenas, em áreas relativamente pequenas também, pois o Galeão, por exemplo, tem uma pista de 4.000m de comprimento, com uma área de 18.000.000m². Já Viracopos, em Campinas, no estado de São Paulo, tem uma pista de 3.300m, com uma área total de 18.000.000m².

Vejam alguns aeroportos fora do Brasil: o de Cingapura tem uma pista de 4.000m, com uma área de 42.500.000m²; e o de Amsterdam, uma pista de 3.800m de comprimento, numa área de 24.000.000m².

Esse aeroporto de Barra Velha teria uma área de 26.000.000m², com uma pista de 4.500m de comprimento, além de uma grande área de escape e de estar próximo ao terminal ferroviário e a um terminal marítimo que poderia ser implantado naquela área.

Peço um especial apoio às comissões dessa Casa, a começar pela comissão de Constituição e Justiça e pela de Finanças, do deputado Marcos Vieira, e depois da comissão de Economia, à qual pertence, no sentido de darmos um encaminhamento rápido, a fim de que a SC Parcerias tome todas as providências para, em curto espaço de tempo, implantarmos esse aeroporto importante para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Serafim Venzon.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PT.

Com a palavra o deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, subo à tribuna, em nome do Partido dos Trabalhadores, pois acho que o debate que o deputado Onofre Santo Agostini trouxe à tribuna ajuda-nos a fazer um bom diálogo aqui no Parlamento.

Em primeiro lugar, o art. 313, como muito bem disse o deputado Jailson Lima, diz que a medida provisória será encaminhada à comissão de mérito específica para, no prazo de duas reuniões,

apresentar o projeto de conversão em lei, receber emendas e emitir parecer sobre ele e as emendas.

Essa é a primeira posição constitucional sobre emendas e medidas provisórias. Se não dá para alterar nada, não precisa vir ao plenário, pode ser um decreto, em vez de medida provisória. Poderão dizer: "Ah, mas no período eleitoral não pode mudar!" Sim, mas daí é um problema do governo ter encaminhado nesse período para impedir mudanças, emendas diferenciadas aos servidores públicos.

O deputado Onofre Santo Agostini diz que deputado critica deputado, mas quem mais criticou deputados aqui foi o deputado Onofre Santo Agostini. Ele não só criticou a bancada do Partido dos Trabalhadores, que apresentou 12 emendas, ele criticou o deputado Jorginho Mello, do PSDB, tucano, que apresentou a emenda e que foi aplaudido ontem pela emenda que apresentou. Criticou o seu colega de partido, o deputado Darci de Matos, que fez um pronunciamento da tribuna, ontem, mostrando uma folha para todo o plenário lotado apresentando emendas às medidas provisórias.

Portanto, criticou seu colega de partido, o DEM, e diz que esse colega do DEM, o deputado Darci de Matos, fez discurso para a plateia, para a galera. Então, acho que devemos colocar as coisas no seu devido lugar.

Em segundo lugar, deputado Jailson Lima, essa perspectiva do DEM de desembarcar agora do governo, de fazer discurso sobre Luiz Henrique, de desembarcar agora para ir ou não para a Oposição, de ser governo ou deixar de ser, dá a impressão de que eles saíram agora porque Leonel Pavan assumiu o governo.

Essa tradição do DEM não é de hoje, a tradição de desembarcar do governo quando ele chega ao final, depois de logo tempo, depois de longa história nos governos, já faz parte do DNA do DEM.

Governo Kleinübing, de 1991 a 1994: o DEM fez parte. Depois veio o governo Paulo Afonso, de 1995 a 1998. Quando chegou em 1997, o DEM também, usando a expressão popular, picou a mula. Depois, de 1999 a 2002, fez parte do governo Amin. Governo da Oposição, mas eles também estiveram no governo. Depois Esperidião Amin perdeu para Luiz Henrique, e aí o DEM começou a fazer parte do governo Luiz Henrique por sete anos e alguns meses, e agora desembarca argumentando com discursos curtos, momentâneos, conjunturais. Eu acho que o partido quer fazer parte do outro governo no ano que vem, por isso é que eu digo que já faz parte do DNA.

Vir aqui desqualificar o discurso do deputado Jailson Lima, que fez a crítica com serenidade, com seriedade? Nós temos, sim, legitimidade para criticar o DEM! Nós temos legitimidade para criticar o PSDB, os tucanos, assim como os democratas, que agora estão privatizando, em Chapecó, o aeroporto. Já haviam privatizado a água, que agora voltou para a Casan, e era o mesmo governo! Um privatiza, outro desprivatiza.

Então, não vamos criticar esses neoliberais que querem privatizar tudo? Vão privatizar o aeroporto de Chapecó! E vejam o discurso: votamos porque dá um prejuízo de

R\$ 40 mil. Será que há algum empresário louco que vai assumir o aeroporto se ele dá um prejuízo de R\$ 40 mil? Será que há algum empresário louco que vai jogar dinheiro fora? Ou eles são incompetentes e não administram bem o aeroporto, ou há alguma coisa oculta, há outros interesses.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Vou conceder um aparte a v.exa., deputado Jailson Lima, porque nós estamos muito à vontade aqui. Estamos com coerência fazendo, há quatro anos, oposição a este governo. Se é PMDB, se é PSDB, se é DEM essa tríplice aliança, nós não concordamos com esse jeito de governar! Nós queremos outro jeito de governar, outro jeito de tratar o servidor público, outro jeito de tratar a política pública e o serviço público em Santa Catarina.

Por isso é que fazemos a crítica. Temos muita vontade de criticar. Mas agora o deputado Onofre Santo Agostini dizer que tem que ser respeitado? Dizer que deputado tem que ser respeitado? Sim! E o deputado Jailson Lima não criticou nenhum deputado particularmente! Ele não falou nada sobre a esposa dele, sobre o tio dele ou sobre os cachorros dele. Falou sobre a posição política do ex-secretário Gavazzoni, que é do DEM e que ajudou a fazer as medidas provisórias. Isso é que foi falado.

E aí eles vêm aqui, fazem discurso bonito para confundir a sociedade catarinense. Mas quem é o DEM? É Situação ou Oposição? Tem responsabilidade ou não tem? Isso que o deputado Jailson Lima fez? Ah! Isso não pode! Isso não pode!

Ouçõ v.exa., deputado Jailson Lima.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado Pedro Uczai, agradeço pela defesa. Em primeiro lugar, tem que ficar muito claro que não cometi nenhuma ofensa com nenhum parlamentar desta Casa. Em segundo, o registro que fiz foi sobre a postura que está sendo adotada por parlamentares do governo, principalmente quem foi secretário, porque muitos deles desfrutaram da estrutura das secretarias e foram aqui muitas vezes criticados pelos deputados da base do governo.

Em terceiro lugar, o deputado Onofre Santo Agostini precisa ouvir a intervenção do deputado Cesar Souza Júnior, que foi uma das mais contundentes em relação ao governo. E essa história de dizer que desembarcaram do governo, deputado Antônio Aguiar, saiu quem era secretário, pois o resto está todo lá. Ora, ou sai o corpo inteiro ou não adianta sair dois ou três e dizer que estão fora, continuar ocupando os cargos e dizer que aqui vão dar apoio, mas sem estar no governo. Eu acho que isso não podemos conceber.

Em quarto, esta é uma Casa de debates e o debate tem que ser democrático sem nenhum enquadramento, porque isso não faz parte da minha forma de atuação.

Agradeço-lhe, deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Deputado, o PT não mudou o discurso, não mudou de posição nesses quatro anos.

Quem mudou foram os outros. Portanto, quem está fazendo o discurso para a galera é que tem que mudar. O deputado Onofre Santo Agostini tem que endereçar a sua metralhadora para os seus colegas de governo, tem que mirar a metralhadora nos seus colegas.

Deputado Antônio Aguiar, fico feliz por v.exa. trazer para o debate as questões das ferrovias. O deputado Serafim Venzon trouxe para o debate a questão da infraestrutura. Nós temos até um cartaz da frente parlamentar mostrando que a ferrovia é o caminho.

O PAC 2 contemplou a Ferrovia da Integração e a Ferrosul. Eu apresentei nesta Casa um projeto de lei para regulamentar a criação da Ferrosul em Santa Catarina e espero que consigamos aprová-lo nas próximas semanas.

Quanto à América Latina Logística, o governo federal não pode interferir na ALL porque é uma empresa privada. V.Exa. sabe, como qualquer deputado sabe, que o governo não pode colocar dinheiro em empresa privada. Portanto, o governo federal não pode fazer nada com a América Latina Logística. O que precisa acontecer é que a América Latina Logística reative os trechos Mafra/Porto União/União da Vitória/Joaçaba/Herval d'Oeste/ Marcelino Ramos e ligar com Erechim.

Nós, da frente parlamentar, vamos realizar agora um grande evento, um grande ato político, para pressionar a América Latina Logística, que colocou quatro carretas de dormentes na região de Joaçaba, na semana passada, criando uma expectativa positiva naquela região. Ontem liguei para um dirigente da América Latina Logística e recebi da empresa um documento dizendo que se não houver uma nova ofensiva de visualização de cargas, a empresa não tem interesse de reativar aquele trecho.

Então, nós temos dois caminhos possíveis, eu discutimos politicamente: ou a América Latina Logística reativa a Ferrovia do Contestado, ou devolve a concessão ao governo federal, como quer o Ministério Público Federal, e aí, sim, a União poderá efetivamente viabilizar o trecho.

É bom salientar que o governo do qual o PMDB fez parte, o governo de Fernando Henrique Cardoso, construiu 100km de ferrovias, enquanto o governo Lula, 1.300km. Assim, deveríamos elogiar o atual governo federal.

Se olharmos o PAC 2, veremos que existe a perspectiva de investir R\$ 46 bilhões em ferrovias no país, transporte que ficou abandonado ao longo da história, além de ter sido privatizado. Então, o governo que deve ser criticado em relação a ferrovias é o governo de Fernando Henrique Cardoso, que não construiu estradas de ferro e privatizou as que havia. Olhem o problema maior: privatizou! E a empresa que assumiu a ferrovia, não colocou os trens para funcionar.

Assim, acho que R\$ 46 bilhões para construir mais de 11.000km de ferrovias...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)
O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Está encerrado o horário dos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.
Não há matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento catarinense na manhã de hoje, funcionários da Saúde que estão em vigília buscando o seu direito, acho que quando queremos algo, temos que lutar para conseguir, e vocês estão fazendo isso com muita tranquilidade.

Eu gostaria de falar sobre um encontro que a Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina realizou em Concórdia, com o intuito de discutir um plano de trabalho que é fundamental em Santa Catarina. Esse encontro da Feapesc aconteceu lá na terra do meu amigo Moacir Sopelsa, quando foram feitos alguns encaminhamentos importantes.

A Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina, com as Associações de Aposentados e Pensionistas e Idosos de Concórdia e de diversas regiões do estado de Santa Catarina, reunidos no Centro de Eventos de Concórdia, realizaram o 6º Encontro Estadual de Aposentados e Pensionistas. Lá discutiram muitas questões, pois não podemos, como brasileiros, concordar que pessoas que trabalharam a vida toda não consigam ter uma aposentadoria que lhes dê uma condição de vida digna. Mas a verdade é que elas se aposentam e ao longo dos anos vão diminuindo os seus ganhos até chegar ao salário mínimo.

O senador Paulo Paim exige a aprovação de um projeto de sua autoria que garante o reajuste das aposentadorias igual ao reajuste do salário mínimo. Exige também a recuperação das perdas dos aposentados e pensionistas.

Aqui em Santa Catarina nós tivemos o movimento dos aposentados; atravessamos a ponte Pedro Ivo Campos e encontramos, no meio da ponte, um aposentado de 75 anos com o queixo rachado, outro com uma costela quebrada. Por quê? Porque tiraram os aposentados de cima da ponte na base do cassetele.

O senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, apresentou esse projeto corrigindo essas distorções. Mas por várias vezes o projeto esteve para ser votado e a tropa de choque do governo federal impediu a votação.

Então, é muito bom tratar aqui de assuntos diversos, mas é preciso também tratar daqueles que lutaram a vida toda, que derramaram suor e sangue pelo estado e pelo Brasil e pelos quais o governo não tem a mínima consideração.

Eu quero cumprimentar o presidente Iburici Fernandes e toda a diretoria da Feapesc - Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina -, que têm feito um brilhante trabalho, sendo que o Brasil reconhece que o principal esforço em favor dos aposentados é feito aqui em Santa Catarina.

Agora, cada vez que são chamados para ir a Brasília para a votação

do projeto do senador Paulo Paim, o governo apronta uma manobra e a matéria não chega ao plenário do Congresso Nacional. E isso vai cansando! Vai cansando!

Então, é preciso, sim, que o Brasil saiba que quem trabalha, quem luta, quem paga a Previdência Social tem direito à sua aposentadoria. Porque ele não está ganhando de graça, ele pagou! Se jogaram fora, se desviaram, se roubaram o dinheiro da Previdência, o trabalhador que se aposentou não tem culpa. É preciso que se tenha consideração pelo aposentado, para que ele possa bater no peito e dizer: "Valeu a pena toda a minha luta, todo o meu trabalho, pois agora que estou aposentado vou usufruir daquilo que construí."

Eu, deputado Moacir Sopelsa, tinha direito de me aposentar após 25 anos de trabalho porque fui caminhoneiro. Paguei durante 33 anos e durante 19 anos contribuí para a Previdência sobre dez salários de referência. Aposentei-me com sete e uns quebradinhos. Hoje, restam dois salários. No dia em que eu sair do Parlamento, terei que trabalhar na mesma hora para poder sobreviver.

Então, este não é um país justo, que trata com igualdade os seus cidadãos. Uma pessoa é tratada de um jeito, outra, de outro jeito e os excluídos ficam aí pedindo para ser atendidos, mas ficam de fora, assim como os aposentados.

Por isso, este Parlamento, que tem feito um trabalho brilhante, não pode ficar de braços cruzados, tem que buscar uma solução, tem que participar. Eu estarei com a Feapesc no Santuário de Santa Paulina, no domingo, às 10h, para rezar para ver se as autoridades passam a valorizar o ser humano, aquele que contribuiu, que pagou e que é pisoteado e desrespeitado! A pessoa se aposenta e logo em seguida é descartada, não vale mais nada. Este não é o país que nós sonhamos.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Ouço v.exa., com muita honra, pois ocorreu lá na sua terra esse encontro. Eu penso que v.exa. poderá contribuir, com certeza, para que possamos fazer com que este país seja um pouquinho mais justo e valorize quem trabalha e quem luta.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

V.Exa. toca num assunto importantíssimo. Eu tive a oportunidade de, na semana passada, apresentar aqui a carta que foi aprovada no encontro dos aposentados em Concórdia. E nada mais justo do que fazer justiça àqueles que pagaram para poder receber, mas que não estão sendo agradecidos com aquilo que contribuíram.

Eu cumprimento o senador Paulo Paim, que está buscando uma possibilidade de corrigir essa injustiça que estão cometendo.

O Sr. DEPUTADO MANOEL MOTA - Mas não consegue!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Por isso quero cumprimentá-lo e dizer que sou uma pessoa de muita fé e devoto também de Santa Paulina. Mas o correto não é pedir à santa. O correto é respeitar os direitos adquiridos. É isso que precisamos fazer. E as pessoas que trabalharam, como

v.exa. disse, que envelheceram ajudando o país a enriquecer, a progredir, hoje não têm o reconhecimento devido e nem recebem por aquilo que pagaram toda uma vida.

Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer a v.exa. pelo aparte, incorporando-o ao meu pronunciamento.

Quero dizer que apresentamos um projeto visando proteger aqueles que têm mais de 65 anos, ou seja, para que eles tenham o direito de andar nos ônibus interestaduais sem pagar. Esse projeto está na Assembleia Legislativa, com o deputado Reno Caramori, desde 2008, com uma emenda modificativa, mas não é trazido à votação.

Então, eu gostaria que o eminente deputado Reno Caramori estivesse aqui para ouvir isso e trazer esse projeto para o plenário, a fim de ajudar aqueles que são excluídos.

Servidores, quero dizer-lhes que continuem lutando, pois o que é nosso, temos que buscar. Nunca corri e não corro de parada alguma, mas a verdade tem que ser mencionada, pois as emendas apresentadas serão inconstitucionais...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Manoel Mota.

Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes as matérias destinadas à Ordem do Dia da 27ª Sessão Ordinária, de 13 de abril de 2010:

Discussão e votação em turno único das Mensagens de Veto n.s.: 1.363/2009; 1.401/2009; 1.402/2009; 1.403/2009; 1.405/2009; 1.494/2010; 1.496/2010; 1.497/2010; 1.500/2010; 1.503/2010; 1.507/2010 e 1.508/2010;

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0129/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes;

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s.: 0020/2010 e 0021/2010, de autoria do deputado José Natal; 0487/2009, de autoria do deputado Vânio dos Santos; 0614/2009, de autoria do deputado Jorginho Mello; 0619/2009, 0622/2009 e 0625/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; e 0626/2009, de autoria da deputada Ana Paula Lima;

Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei n.s.: 0005/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0014/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0019/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0030/2010, de autoria do deputado Elizeu Mattos; 0058/2007, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior; 0234/2009, de autoria do deputado Renato Hinnig; 0523/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 0583/2009, de autoria da deputada Ada De Luca.

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, especial, para segunda-feira, às 17h30, em homenagem ao Grande Oriente de Santa Catarina.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 016-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Lício Mauro da Silveira para ausentar-se do País, no período de 14 a 16 de abril de 2010, a fim de participar da XXVII Reunião Plenária NOA ARGENTINO PARLASUL/BRASIL, na Província de San Miguel de Tucumán, República Argentina.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 13 de abril de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 017-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Jean Kuhlmann, por um período de sessenta dias, a contar de 13 de abril do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 13 de abril de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 019-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Antônio Ceron, 5º Suplente da Coligação Todos por Santa Catarina, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência da licença do Senhor Deputado Jean Kuhlmann.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 13 de abril de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 020-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso II, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Altair Guidi, por um período de noventa dias, a contar de 1º de abril do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 13 de abril de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 021-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Sérgio Grandó, 1º Suplente do Partido Popular Socialista - PPS, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência da licença do Senhor Deputado Altair Guidi.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 13 de abril de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 022-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, § 1º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA a cidadã Anna Christina Barichello, 2º Suplente do Partido Popular Socialista - PPS, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 1º Suplente, em decorrência da licença do Senhor Deputado Altair Guidi.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 13 de abril de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 023-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, § 1º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Ozair Coelho de Souza, 3º Suplente do Partido Popular Socialista - PPS, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 2º Suplente, em decorrência da licença do Senhor Deputado Altair Guidi.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 13 de abril de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 024-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Nilson Gonçalves para ausentar-se do País, no período de 14 a 16 de abril de 2010, a fim de participar da XXVI Reunião Plenária NOA ARGENTINO PARLASUL/BRASIL, na Província de San Miguel de Tucumán, República Argentina.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 13 de abril de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 025-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 97, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições resolve:

Fixar o Calendário Especial de Sessões Ordinárias da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica estabelecido o Calendário Especial de Sessões Ordinárias da Assembleia Legislativa para o período entre os dias 15 de abril e 30 de setembro de 2010, no total de 62 Sessões, conforme Anexo Único deste Ato.

Art. 2º As Sessões Ordinárias realizadas às terças e às quartas-feiras no período matutino terão início às dez horas, adentrando de imediato no horário dos partidos políticos, encerrando-se às doze horas.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 13 de abril de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - 2º Secretário

ANEXO ÚNICO

Calendário Especial de Sessões Ordinárias referentes ao período compreendido entre os dias 15 de abril e 30 de setembro de 2010

ABRIL

Número de Sessões Ordinárias: (dias 15 a 30): 05	Número de Sessões (dias 15 a 30): 05 A Sessão Ordinária do dia 22 será realizada no dia 28, quarta-feira, pela manhã Total = 05 Sessões
---	---

MAIO

Número de Sessões Ordinárias: 12	Número de Sessões: 12 Sessões às quartas-feiras pela manhã: 04 Total = 16 Sessões
-------------------------------------	--

JUNHO

Número de Sessões Ordinárias: 13	Número de Sessões: 13 Sessões às quartas-feiras pela manhã: 05 Total = 18 Sessões
-------------------------------------	--

JULHO

Número de Sessões Ordinárias: de 1º a 15: 07	Número de Sessões de 1º a 15, com Sessões às terças e quartas-feiras pela manhã: 11 Sessões de 20 a 22: 03 Sessão quarta-feira, pela manhã: 01 Total = 15 Sessões
---	--

AGOSTO

Número de Sessões Ordinárias: 12	Número de Sessões do Calendário Especial- semana: de 03 a 05: 03 Sessões na terça-feira e na quarta-feira pela manhã: 02 Total = 05 Sessões
-------------------------------------	---

SETEMBRO

Número de Sessões Ordinárias: 13	Número de Sessões do Calendário Especial (dias 1º e 02): 02 Sessão quarta-feira, pela manhã: 01 Total = 03 Sessões
Total de Sessões a serem realizadas no período de 15 de abril a 30 de setembro no Calendário Normal: 62 Sessões	Total de Sessões a serem realizadas no período de 15 de abril a 30 de setembro no Calendário Especial: 62 Sessões

*** X X X ***

ATOS DA MESA**ATO DA MESA Nº 264, de 13 de abril de 2010**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR o servidor **GERSON RODRIGO DE BANDEIRA PAMPLONA**, matrícula nº 1458, da função em Comissão Legal - Avaliação e Desempenho Funcional, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 265, de 13 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **GERSON RODRIGO DE BANDEIRA PAMPLONA**, matrícula nº 1458, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função em Comissão Legal - Elaboração de Editais, Contratos e Cadastros, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 266, de 13 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **JOSÉ DAS NEVES FILHO**, matrícula nº 2170, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função em Comissão Legal - Avaliação e Desempenho Funcional, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 267, de 13 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **JACOB TANCREDO KNABBEN**, matrícula nº 1802, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Chefia da Seção de Secretaria, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de abril de 2010 (Diretoria Geral).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 268, de 13 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **DENISE DA SILVA**, matrícula nº 2124, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Assistência Técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2010 (CC - Comissão de Saúde).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 269, de 13 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR o servidor **JOAO DE AQUINO CONCEICAO NETO**, matrícula nº 1339, da função de Gerência de Projetos e Desenvolvimento, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2010 (DTI - Gerencia de Projetos e Desenvolvimento).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 270, de 13 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **JOAO DE AQUINO CONCEICAO NETO**, matrícula nº 1339, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Gerência de Suporte e Treinamento, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2010 (DTI - Gerencia de Suporte e Treinamento).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 271, de 13 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR o servidor **EDSON TADEU BEZ**, matrícula nº 1085, da função de Gerência de Suporte e Treinamento, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2010 (DTI - Gerencia de Suporte e Treinamento).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 272, de 13 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **EDSON TADEU BEZ**, matrícula nº 1085, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Gerência de Projetos e Desenvolvimento, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2010 (DTI - Gerencia de Projetos e Desenvolvimento).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 273, de 13 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR a servidora HELOISA HELENA DA SILVA

LAFUENTE, matrícula nº 2034, da função de Assessoria da Secretaria Geral e Controle de Material - Assessoria Técnica Administrativa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 02 de abril de 2010 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 274, de 13 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **ROSANGELA BITTENCOURT**, matrícula nº 0619, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Assessoria da Secretaria Geral e Controle de Material - Assessoria Técnica-Administrativa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de abril de 2010 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 275, de 13 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **ANTONIO CARLOS MORRO**, matrícula nº 1359, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a Chefia da Seção de Projetos Especiais, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 06 de abril de 2010 (CGP - Escola do Legislativo).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 276, de 13 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0520/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR a servidora **LAURA ELITA VIEIRA AMORIM**, matrícula nº 2148, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-42, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 25 de março de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 277, de 13 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 527/2010,

RESOLVE: *de acordo com o Art. 40, § 1º, III, "a", da Constituição da República e Art. 6º da EC nº 41/2003,*

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária ao servidor **FAUSTO BRASIL GONÇALVES**, matrícula nº 0513, ocupante do cargo de Consultor Especial Jurídico, código PL/ASI-71, a contar de 26/03/2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER, PARA DISCUTIR OS PROJETOS DE LEI PL 007.8/2010 E PL 008.9/2010, QUE DETERMINAM, RESPECTIVAMENTE, A RESERVA DE VAGAS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NOS CONTRATOS E CONVÊNIOS DE ESTÁGIOS E A RESERVA DE VAGAS NOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, REALIZADA NO DIA 7 DE ABRIL DE 2010, ÀS 19H, NO PLENARINHO DEPUTADO PAULO STUART WRIGHT, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Aos sete dias do mês de março de dois mil e dez, às dezenove horas, realizou-se, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, audiência pública promovida pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher com o objetivo de discutir o PL 007.8/2010, que trata da reserva de vagas para alunos com deficiência nos contratos e convênios de estágio em Santa Catarina; e o PL 008.9/2010, que determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos em Santa Catarina. Abrindo os trabalhos, o **Senhor Presidente (Deputado Estadual Cesar Souza Júnior)** e também **proponente desta audiência pública**, desejou calorosamente boas-vindas a todos os presentes, estendendo igual cumprimento aos telespectadores da TVAL, e em seguida chamou para compor a mesa as seguintes autoridades: Senhor José Roberto Leal, presidente da Aflodef (Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos); Senhor Hudson Pires (Professor Chiquinho), representando a Fundação Municipal de Esportes de Florianópolis; Senhor Sérgio Bassetti, representando a Fundação Catarinense de Educação Especial; Senhor Eder Sivers, Procurador do Trabalho, representando a doutora Cinara Sales Graeff, Procuradora-Chefe da

Procuradoria Geral do Trabalho; Senhor Aníbal Dib Mussi, Superintendente Executivo do CIEE de Santa Catarina; Senhor Carlos Henrique Geller (Caique), Presidente da Acic (Associação Catarinense para Integração dos Cegos). Dando continuidade, o **Senhor Presidente (Deputado Estadual Cesar Souza Júnior)** enfatizou o objetivo da audiência pública, quer seja, oportunizar a discussão, sobretudo com a participação das entidades representativas, acerca de dois projetos que ora tramitam nesta Casa: o PL 007.8/2010, que prevê a reserva de vagas para alunos com deficiência nos contratos e convênios de estágio em Santa Catarina; e o PL 008.9/2010, que visa estender aos contratos de terceirização 10% de vagas, que hoje os concursos públicos têm a obrigatoriedade de reservar aos portadores de deficiência. Completou apresentando estimativas que contabilizam no Estado de Santa Catarina quinze mil trabalhadores terceirizados, estimando a possibilidade da criação de aproximadamente mil e quinhentas vagas para os portadores de necessidades especiais. Antes de dar início à manifestação dos integrantes da mesa, constatou que na segunda etapa seria disponibilizada a palavra à plenária, reafirmando o objetivo norteador da reunião, ou seja, colher informações que enriqueçam o debate da lei, oferecendo alterações no âmbito da tramitação. Ato contínuo, concedeu a palavra ao Senhor José Roberto Leal, presidente da Aflodef. O **Senhor José Roberto Leal**, após cumprimentar os presentes, parabenizou o presidente pelos dois projetos de lei, considerando fundamental que o Poder Público reconheça o potencial e o direito do portador de deficiência de trabalhar. Apresentou dados cadastrais da Aflodef, vinculando, aproximadamente, quatro mil e oitocentas pessoas portadoras de deficiência física cadastradas, sendo que apenas quatrocentos e trinta estão inseridas no mercado de trabalho, não obstante, as barreiras arquitetônicas. Registrou com satisfação a celebração do convênio com a Secretaria de Segurança, ficando estabelecido o retorno dos comissários à segurança pública propriamente dita, e passando a função de elaboração dos BOs a ser exercida por portadores de

necessidades especiais. Complementou, especificando, ter hoje na Polícia Civil quinze portadores de necessidades especiais e dez na Secretaria de Segurança Pública, exercendo suas funções com o maior carinho. Finalizou, agradecendo o reconhecimento de seus direitos e frisando lhes faltarem apenas oportunidades. Na sequência, o **Senhor Presidente (Deputado Estadual Cesar Souza Júnior)** concedeu a palavra ao Senhor Sérgio Bassetti, representante da Fundação Catarinense de Educação Especial. O **Senhor Sérgio Bassetti** cumprimentou e agradeceu a todos, buscando ajustar-se às necessidades audiovisual dos participantes. Iniciou mencionando dados estatísticos que apontam em Santa Catarina aproximadamente oitocentas mil pessoas com algum tipo de deficiência. Analisou que devemos considerar que atrelado a cada uma dessas pessoas portadoras de necessidades especiais existem, no mínimo, mais duas, um pai e uma mãe, portanto contabilizaremos em torno de dois milhões de pessoas, quase um terço da população catarinense. Considerou oportuno que o Poder Público assumira a sua obrigação com relação a essa população que durante muito tempo ficou marginalizada e completamente excluída das oportunidades, sejam elas acadêmicas ou profissionais. Parabenizou os projetos de lei, porém contextualizou questões pontuais acerca das oportunidades no mercado de trabalho, tendo como referência a sensibilidade, tanto de modo geral como arquitetônica. Esclarecendo, disse que a condição de ocupar a vaga implica em poder chegar ao trabalho. Especificou, citando como exemplo a cadeira de rodas, as dificuldades em chegar ao ponto de ônibus e esperar horas e horas por um ônibus adaptado, tanto para ir como para voltar. E acrescentou ainda a sinalização, identificando uma das grandes dificuldades dos deficientes visuais e auditivos. Identificou que os projetos de lei garantem juridicamente, mas a sensibilidade do empregador e a sensibilidade arquitetônica constituem a maior barreira. Com relação ao Projeto de Lei 007.8/2010, ponderou que o fato de estar voltado aos alunos com deficiência que cursam o ensino médio e superior, gera a exclusão dos deficientes mentais. Sugeriu, então, que as pessoas com deficiências e que possam demonstrar competência também sejam contempladas. Esclareceu que o conceito de competência também é questionável, e por vezes se relaciona a questões de adaptação. Explicou que às vezes a verificação da qualidade de uma garrafa pode não ser adequada para um deficiente visual, mas pode ser extremamente importante para um altista, que em função da capacidade de atenção aumentada desenvolveria esses serviços com maior qualificação. No entanto, poderia não ter um nível de escolaridade compatível para ser beneficiado com determinada proposta. Pontualmente, argumentou que o artigo 6, ao falar da aptidão dos candidatos, não deveria considerá-la inerente ao sujeito, mas, sim, avaliadas relativamente ao ambiente de trabalho. Dessa forma, contemplariam um maior número de pessoas com deficiência. Finalizou parabenizando o Projeto de Lei 008.0/2010, destacadamente por propor o dobro do índice de 5% estabelecido no artigo 9 da Lei 8.213, de julho de 1991. O **Senhor Presidente (Deputado Estadual Cesar Souza Júnior)**, considerando pertinentes as colocações referente ao PL 007, comprometeu-se de pronto em formatar a sugestão juridicamente para que não haja nenhuma possibilidade de exclusão dos portadores de deficiência mental. Ressaltou a importância da audiência pública, justamente para poder discutir temas fundamentais com especialistas e pessoas envolvidas. Em relação à aptidão, comentou que o índice de 10% das vagas, pretende acelerar a adequação das instituições ao cumprimento dessa lei. Como exemplo, lembrou que somente no início da audiência perceberam que no Plenarinho não havia rampa de acesso à mesa, constatando que a presença dos portadores de deficiência aponta a necessidade das adaptações. E imediatamente, antecipou seu pedido à Mesa Diretora da Casa para adequação do Plenarinho, visando o acesso dos cadeirantes. Na sequência, passou a palavra ao Senhor Hudson Pires (Professor Chiquinho), representante da Fundação Municipal de Esportes de Florianópolis. O **Senhor Hudson Pires (Professor Chiquinho)** desejou boa-noite a todos, aos membros da mesa, especialmente aos convidados que são ou representam portadores das mais diferentes necessidades especiais. Manifestou sua alegria ao ver o encaminhamento das duas leis, que espera ver aprovada pelos Deputados desta Casa. Afirmou clamarem por igualdade e por oportunidades, apontando pessoas brilhantes na plenária, cada qual dentro do seu segmento, da sua composição, e que apenas aguardam uma oportunidade para acessarem o mercado de trabalho ou estágio. Corroborou com a fala dos que lhe antecederam, enfatizando a necessidade de ser implantada e fiscalizada, contemplando efetivamente a expectativa de todos. *Taquigrafo-revisor: Maria de Fátima da Rocha.* Enfatizou que com a efetivação das duas leis, haveria a oportunidade de as empresas abraçarem os para-atletas, ressaltando que os para-atletas têm melhores resultados em competições nacionais e

internacionais do que as pessoas ditas normais. Argumentou, ainda, que os portadores de necessidades especiais não aptos para desempenharem alguma tarefa poderiam ser adotados pelas empresas como funcionários, representando a empresa como atletas. Concluiu parabenizando pela elaboração dos projetos, mesmo não estando ainda aprovados. O **Senhor Presidente (Deputado Estadual Cesar Souza Júnior)** falou sobre o longo caminho a ser percorrido para a implementação da lei e que seria necessária a criação de uma força tarefa, com todos os órgãos, para fazerem com que a lei fosse cumprida. Enfatizou a importância de todos os contratos de serviços terceirizados conterem a obrigatoriedade da cota. Continuando, passou a palavra ao Senhor Carlos Henrique Geller (Caíque), presidente da ACIC (Associação Catarinense para Integração do Cego), que saudou a todos. Comunicou que falaria um pouco fora dos microfones para que seus colegas portadores de deficiência visual saberem onde ele estava localizado na mesa, pois assim teriam a atenção voltada para ele e não para os alto-falantes. Disse que o Deputado tinha coragem, pois a iniciativa torceria o nariz de muitos empresários. Lastimou a falta de infraestrutura para os portadores de necessidades especiais e citou, como exemplo, o caso da Senhora Larissa que, apesar de ser qualificada, não conseguia se locomover com facilidade por causa de certos problemas, tais como a plataforma do ônibus ou devido a dimensão da calçada, para chegar ao trabalho. Lembrou a todos que passaram por vários problemas que também iriam conseguir superar essas dificuldades. Analisou que ninguém poderia mostrar seu talento se não houvesse oportunidade. Lembrou às pessoas que não tinham deficiência física de que um dia elas também iriam ficar velhas e que, talvez, tivessem problemas de locomoção. Demonstrou a sua alegria em saber que um Deputado tão jovem e corajoso estivesse lutando pela causa deles. Disse que apesar de eles serem um pouco diferentes, eram iguais perante a Lei e Deus. Prosseguindo, o **Senhor Presidente (Deputado Estadual Cesar Souza Júnior)** elogiou o trabalho da Acic e destacou o seu reconhecimento nacional e internacionalmente. Mencionou o grande trabalho que a Aflodef (Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos) desempenha, sugerindo a todos que não conheciam as entidades para irem lá conhecer e ajudar. Em seguida concedeu a palavra ao **Senhor Eder Sivers, Procurador do Trabalho**, que estava representando a senhora Cinara Sales Graeff, Procuradora-Chefe da Procuradoria Geral do Trabalho, que desejou boa-noite e cumprimentou todos. Alegou que tanto o Ministério Público Estadual como o Ministério do Trabalho iriam acabar fazendo a fiscalização. Comentou que, devido a um problema no julgamento de uma Adin, o Supremo restringiu um pouco a atuação deles no Poder Público (entidades autárquicas e órgãos públicos), mas que na indireta ainda preservavam a sua competência de fiscalizar. Relatou que não conseguia fazer com que as empresas cumprissem o artigo 93, da Lei 8.213, de mil novecentos e oitenta e nove, por falta de deficientes físicos no mercado do trabalho, explicando que o portador de necessidade especial não ingressava no mercado de trabalho para não perder o benefício previdenciário. Salientou que se o benefício fosse mantido integral ou proporcional não quebraria a previdência, e que as empresas poderiam voltar ao mercado de trabalho. Explanou que, em relação à execução efetiva da lei, havia uma limitação para o trabalho e citou algumas atividades em que o Estado poderia terceirizar os serviços, tais como vigilância, limpeza, conservação e recepção. Discorreu sobre dois problemas - a questão da perda do benefício previdenciário e a questão da classificação -, justificando que dependeria dos Deputados e Senadores da Bancada Catarinense, porque era uma legislação federal. Concluiu, dizendo que o Ministério Público ajudaria e apoiaria na luta e parabenizou o Deputado pela iniciativa. O **Senhor Presidente (Deputado Estadual Cesar Souza Júnior)** afirmou estar aberto a propostas de ordem material ou jurídica para o aperfeiçoamento da lei, para ela que não se tornasse mais uma lei sem efetividade. Em relação à questão da perda do benefício pelos portadores de necessidade especial ao ingressar no mercado de trabalho, disse que seria encaminhado um documento (se houvesse a concordância de todos) à Bancada Federal de Santa Catarina solicitando para que o portador de necessidade especial não perca o benefício ao ingressar no mercado de trabalho. Logo a seguir passou a palavra ao **Senhor Eder Sivers, Procurador do Trabalho**, que reafirmou a necessidade em rever a questão da perda do benefício previdenciário aos portadores de necessidades especiais que ingressam no mercado de trabalho, justificando que com isso conseguiria fazer com que as empresas, pelo menos na região de sua jurisdição, em torno de 42 municípios, cumprissem a cota. Disse ser necessário capacitar e qualificar o pessoal, resgatando a educação e o conhecimento, assim expandiria ainda mais o mercado de trabalho para os portadores de necessidades especiais. O **Senhor Presidente**

(**Deputado Estadual Cesar Souza Júnior**), continuando, recomendou aos participantes que quisessem fazer uso da palavra para se inscreverem com a Cláudia, funcionária da Comissão. Em seguida concedeu a palavra ao **Senhor Anibal Dib Mussi**, Superintendente Executivo do CIEE de Santa Catarina, que desejou a todos uma boa-noite. Relatou que o CIEE, além de trabalhar na inserção dos jovens, dos estágios, estava trabalhando nos programas de aprendizagem, que dão um maior acesso ao mercado de trabalho. [Taquígrafo-revisor: *Jacqueline Bittencourt*]. afirmou que os Deputados Federais e Senadores catarinenses irão defender a manutenção do benefício previdenciário aos portadores de deficiência. Comentou que há pouco tempo esteve na situação de cadeirante, quando fez uma cirurgia para a colocação de dois estêntes, e que na ocasião sentiu na pele as dificuldades de locomoção encontradas por quem anda numa cadeira de rodas. Lembrou do esforço empreendido pelos políticos brasileiros, pela bancada catarinense no Congresso Nacional, principalmente da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Raimundo Colombo, na criação da nova Lei do Estágio, que criou a obrigatoriedade da inclusão de portadores de deficiência nos estágios, entretanto citou que a localização dessas pessoas é difícil, pois realmente eles não preenchem todos os requisitos, o que será dificultado ainda mais se ocorrer a perda do benefício por parte dos deficientes. afirmou que todas as ações precisam de persistência para se tornarem realidade e que as decisões devem ser tomadas no sentido de forçar os órgãos públicos a realmente concretizarem isso. Disse que quando um projeto é bom e de importância para todos, os partidos e os políticos e uma maneira geral, mesmo os habitualmente divergentes, devem lutar juntos, pois o benefício é de todos. Pediu espaço para falar sobre os portadores de deficiência mental, lembrando seu trabalho junto aos portadores de Síndrome de Down, afirmando que estes são excelentes trabalhadores, guardando as devidas proporções. Lembrou que o momento é oportuno para o debate, pois há vários segmentos lutando por esta causa. Conclamou os deficientes a se inscreverem no CIEE e agradeceu a todos. Neste momento da audiência o **Senhor José Roberto Leal (Professor Zezinho)** passa às mãos do presidente o relatório anual da Aflodef. O **Senhor Presidente (Deputado Estadual Cesar Souza Júnior)** agradeceu ao Professor Zezinho, afirmando que este relatório será lido e terá importância na feitura da lei. Ato contínuo, passou a palavra ao público presente, onde, primeiramente, falou a **Senhora Larissa Kleiman Lopes**, que inicialmente pediu que o benefício fosse mantido aos deficientes que ingressam ou retornam ao mercado de trabalho, pois as ferramentas e dispositivos que os deficientes utilizam são muitos dispendiosos, afirmando que o benefício, somado ao salário, seria muito necessário nesse sentido. Pediu que nas vagas para emprego fossem inseridos cadeirantes, pois solicitou uma oportunidade de emprego à Aflodef e não foi contemplada. Ressaltou que todas as empresas devem, antes de começarem suas atividades, ser adaptadas aos cadeirantes e aos deficientes físicos, para que nenhum deficiente fique de fora do mercado de trabalho por falta dessas condições. Agradeceu a oportunidade. Dando sequência à reunião, o **Senhor Presidente (Deputado Estadual Cesar Souza Júnior)** lembrou que, entre tantos problemas, há também o do transporte coletivo, que também precisa estar adaptado aos deficientes. Ato contínuo, passou a palavra à **Senhora Lília Lopes**, que agradeceu ao deputado e afirmou que na convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência, ratificada pelo Brasil, foi adotado como termo oficial "pessoa com deficiência" para designar tais indivíduos. Também comentou que o transporte deve ser melhorado, fazendo referências ao transporte alternativo - já utilizado em outras cidades com o uso de vans adaptadas, por exemplo -, lembrando que, sem acessibilidade e sem um transporte coletivo adaptado aos portadores de deficiência, vai ser muito difícil algum projeto nesse sentido dar resultados efetivos. Comentou que a lei deve ser mais clara quanto à definição legal do que representa uma pessoa com deficiência, já que esta definição pode ser mal interpretada, pois há vários tipos e níveis de deficiência, e nesse sentido pessoas que têm uma deficiência considerada mais leve acabam tendo vantagens sobre outras com deficiências mais graves. Comentou a Lei 5.296, que define as normas da ABNT, citando que as empresas devem respeitar essas normas, pois devem dar totais condições aos deficientes no sentido de que possam exercer suas funções da melhor maneira possível. Agradeceu e passou a palavra ao **Senhor Presidente (Deputado Estadual Cesar Souza Júnior)**, que agradeceu ao Procurador da Alesc, **Neroci da Silva Raupp**, que na formulação da Lei já adequou o projeto da Alesc às normas legais da ABNT. Na sequência, passou a palavra ao **Senhor Amilton de Sousa**, que relatou que há cinco anos, aproximadamente, fez uma cirurgia na perna e que foi necessário a colocação de cinco parafusos, mas infelizmente perdeu a autonomia da perna - alguns

médicos dizem que os parafusos devem ser retirados e outros dizem que não. Questionou, então, ao Senhor Presidente e aos demais presentes se deveria ou não tirar os parafusos, perguntando onde estaria a ortopedia recomendada para seu tratamento, se no Hospital Carmela Dutra ou no Hospital Celso Ramos. O **Senhor Presidente (Deputado Estadual Cesar Souza Júnior)** disse que a sua assessoria iria ouvi-lo após o término da audiência e que seu caso seria encaminhado, comentando que muitas pessoas acidentadas passam por um verdadeiro limbo no período de recuperação de suas fraturas ou lesões. A seguir, passou a palavra ao **Senhor Cláudio Pedro Vitorino**, que disse que o que lhe chamou a atenção no PL 0008 foi o artigo 6º, pois lhe preocupa bastante o aspecto da fiscalização, que deverá ser bem rígida, já que a não contratação do deficiente deverá ser feita baseada no certificado de falta de aptidão que é emitido pelo Conselho Estadual das Pessoas com Deficiência, portanto as empresas poderão usar desse artifício para não contratar deficiente. Comentou, ainda, que existem muitos cadeirantes que possuem grandes habilidades e que deixam de ser contratados por falta de acessibilidade. Em relação ao benefício, acredita que é benéfica a manutenção do mesmo, principalmente às pessoas que sofreram acidentes de trabalho e que retornam, ou seja, que perdem o benefício ao retornarem. Ressaltou que os portadores de deficiência têm muito medo de serem demitidos e de ficarem desempregados, um medo muito maior dos que as pessoas ditas normais. Lembrou também da questão do desrespeito aos caixas preferenciais e assentos especiais, onde muitas pessoas sem deficiência usam sem respeitar os portadores de deficiência. [Taquígrafo-revisor: *Eduardo Delvalhas dos Santos*]. Externou que já bateu em inúmeras portas mas não viu vontade política no sentido de mudar a situação pertinente a todas as pessoas portadoras de deficiência ou necessidades especiais. Aproveitou a oportunidade para discordar da definição dada pela ONU aos deficientes. Deixou claro que prefere ser chamado de portador de necessidades especiais, visto que no seu entendimento a palavra deficiência, historicamente, traz uma conotação negativa, ao que o **Senhor Carlos Henrique Geller (Caique)** declarou que não acha muito importante a questão da nomenclatura, mas que geralmente quando há referência à pessoa com deficiência em algum convênio, por exemplo, principalmente de órgão público, costuma-se manter aquilo que está na titularidade da lei, evitando assim algum tipo de entrave, de controvérsia. Na continuidade, o **Senhor Presidente (Deputado Estadual Cesar Souza Júnior)** lembrou que cada um tem a sua opinião, daí a importância da audiência pública. Dito isso, passou a palavra ao **Senhor Antônio Ribeiro dos Santos**, que relatou que ganha somente R\$363,00 (trezentos e sessenta e três reais) de benefício, o que o obriga a trabalhar para poder sustentar sua família, uma mulher doente, uma filha estudante e um filho deficiente. Disse, ainda, que um funcionário do INSS, que é seu vizinho, explicou a ele que se continuar trabalhando vai perder o benefício. Finalizando, solicitou ao presidente informações acerca do assunto. O **Senhor Presidente (Deputado Estadual Cesar Souza Júnior)** informou que será enviada às autoridades federais competentes uma cópia da ata da reunião na qual constam todos os depoimentos que mostram as dificuldades por que passam as pessoas portadoras de deficiência física. Em seguida, propôs como encaminhamento uma visita ao Fórum Parlamentar Catarinense para pedir que também se envolvam nessa luta no sentido de reparar a brutal injustiça que é feita com o deficiente. A seguir, usou da palavra a **Senhora Denise Pacheco**, que desabafou dizendo que é preciso matar um leão todos os dias para poder colocar as pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Com relação ao BPC (Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social) na área da deficiência visual, contou que em vários Estados do Brasil estão acontecendo discussões no sentido da sua manutenção, mas não sabe se já foi votado. Explicou que as pessoas têm medo de perder esse benefício, por isso a importância de voltar a receber automaticamente o benefício caso não consiga ficar no mercado de trabalho. Em seguida, comentou que muitas empresas têm vagas para deficientes mas não as usam. Relatou que a ACIC conta com muitos deficientes formados, como psicólogos, assistentes sociais e jornalistas. Externou sua tristeza ao ver que não tem jornalistas cegos trabalhando na imprensa. Prosseguindo, informou que já existe uma lei federal garantindo que pessoas com visão monocular podem prestar concurso público como portadores de deficiência, o que antes não era considerado. Questionou se no Estado de Santa Catarina isso será uma realidade. Finalizando, apelou ao Coned uma atenção maior em relação ao assunto, ao que o **Senhor José Roberto Leal (Professor Zezinho)** declarou que na Aflodef há uma lista de espera, mas que muitas vezes as empresas dizem que não querem cadeirante. Registrou que na parte da educação escolar existem muitas dificuldades, que poucas escolas estaduais se adequaram

para receber os deficientes. Perguntou como poderia haver um grande número de deficientes com nível universitário se até para sair de casa é difícil, tendo em vista a dificuldade no transporte coletivo. Em seguida, disse ao Senhor Presidente que encaminhará a ele cópia do projeto de transporte alternativo de São Paulo, aproveitando a ocasião para solicitar sua intervenção no sentido de implantá-lo no Estado de Santa Catarina. Retomando a palavra, o **Senhor Presidente (Deputado Estadual Cesar Souza Júnior)** deixou claro que a lei não permite discriminação ao cadeirante, que com a sua aprovação as empresas terão de destinar dez por cento das vagas a ele. Lembrou que em dois mil e nove Santa Catarina gastou R\$120 milhões (cento e vinte milhões de reais) com serviço de terceirização de mão de obra. Enfatizou que são contratos grandes disputados por várias empresas, por isso as que quiserem pegar uma fatia desse contrato terão de se submeter ao que está previsto na lei. Sugeriu que seja estabelecido que a empresa prestadora de serviço para o Estado deverá ser responsável pela adaptação, visto que recebe muito bem para fazer esse serviço. O **Senhor Carlos Henrique Geller (Caíque)** explicou que o Decreto 5.296 diz que nenhum financiamento com dinheiro do governo será concedido se todas as exigências de acessibilidade não forem contempladas, ao que o **Senhor Presidente (Deputado Estadual Cesar Souza Júnior)** perguntou se isso está sendo cobrado; que é importante verificar com o Badesc, que é um banco de fomento catarinense, se estão exigindo o laudo de acessibilidade das empresas que estão recebendo financiamento com recurso público de Santa Catarina. Questionou, ainda, se essa obrigatoriedade não pode ser estendida às empresas inscritas em regime fiscal diferenciado. O **Senhor Carlos Henrique Geller (Caíque)** disse que os financiamentos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, como são oriundos de recursos públicos, não podem ser aprovados se não for contemplado com o que prescreve a lei e a ABNT 9050. O **Senhor Presidente (Deputado Estadual Cesar Souza Júnior)** comentou que não sabe se há essa exigência de uma empresa, no momento em que quiser receber recursos públicos, ter que apresentar laudo comprovando que preenche os requisitos de acessibilidade, o que vale também para os programas estaduais de concessão de benefício fiscal, como o Pré-Emprego e o Prodec. Na sequência, passou a palavra à **Senhora Lourdes Terezinha Ferreira**, que disse que em São Paulo viu dois deficientes visuais trabalhando num caixa de mercado e que a ACIC tem duas telefonistas cegas. Questionou que tipo de ajuda haverá para os jogos. Finalizando, contou ao Senhor Presidente que sua neta pediu que contasse a ele que quer trabalhar mas que não consegue emprego. Ato contínuo, o **Senhor Presidente (Deputado Estadual Cesar Souza Júnior)** perguntou à senhora Lourdes se sua neta é portadora de deficiência, recebendo como resposta que não, mas que é muito difícil conseguir o primeiro emprego. Na continuidade, o Senhor Presidente disse que em relação à deficiência há um projeto em tramitação na Alesc que estabelece um percentual fixo para o paradesporto. Comentou, a seguir, que o Professor Chiquinho o procurou e disse que o Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte (Fundesporte), que no ano passado movimentou R\$80 milhões (oitenta milhões de reais), estava sendo esquecido. Em relação à dificuldade de emprego, disse que às vezes há oportunidades, mas falta qualificação e que o grande óbice é a questão da perda do benefício, o que esta audiência ajudou a esclarecer um pouco mais. Dito isso, informou que as contribuições que foram dadas durante a reunião serão avaliadas e serão incluídas no projeto aquelas que forem possíveis, solicitando, para tanto, que deixem com a sua assessoria seu nome, número de telefone e e-mail para receberem informações acerca da tramitação da matéria. Finalizando, agradeceu a todos pela presença e encerrou a audiência pública.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR

*** X X X ***

ATA DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Procurador-Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1723ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dez, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1723ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Ao iniciar os trabalhos o Senhor Presidente deu

conhecimento ao Colegiado dos assuntos originários da Procuradoria, tratados na reunião da Mesa do dia 07/04/10. 1) Processo em Regime de Vista: Ofício nº 035/2010 de 11/03/2010, Interessado: Carlos Enéias Guimarães "Irregularidades na transferência de servidores públicos da Secretaria do Estado da Educação à Procuradoria-Geral do Estado de SC", aprovado por unanimidade voto da relatora Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos e Processo nº 0407/2010, de Josué Charles Klein "indenização de férias", relator Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovado voto visto do Dr. José Buzzi, com abstenção de votar neste último o Dr. Anselmo Inácio Klein. 2) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0584/10, de Bernadete de Rebelo de Souza; Processo nº 0520/10, de Laura Elita Vieira Amorim; Consulta - Of. CL nº 154/2010 de 30/03/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta de Termo de Inexigibilidade, contratação do Técnico e Bicampeão de Vôlei José Roberto Guimarães para ministrar palestra na cidade de Tubarão"; Ofício nº 006/2010 de 08/03/2010, Interessado: Diretor Legislativo da ALESC "Sessões Especiais e Solenes solicitadas pelos deputados durante o período eleitoral". Consulta encaminhada em 05/04/2010, Interessado: Diretor Geral "Incidência da Legislação Eleitoral a Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a alteração redacional do artigo 26 da Resolução 002/2006". 3) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 0586/10, de Rubens Manoel Justino e a Consulta Ofício CL nº 155/2010 de 30/03/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta de Termo Aditivo ao Contrato nº 024/2009-00, SILITEC Equipamentos Eletrônicos e Serviços Ltda.", e retirado de pauta com pedido de vista ao Dr. Sérgio Augusto Machado o Processo nº 0456/10, de Angelino Sávio Quartiero. 4) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovados pareceres por unanimidade as Consultas: Ofício CL nº 129/2010 de 22/03/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Edital de Pregão - coleta de lixo hospitalar produzido pela Coordenadoria de Saúde da ALESC" e Of. CL nº 134/2010 de 25/03/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 034/2009-00, celebrado com a Empresa Qualitys Coletas Transportes e Serviços Ltda.". 5) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovado parecer pelo indeferimento ao Processo nº 0457/10, de Antenor Galvan. Continuando, aprovados pareceres por unanimidade as Consultas: Ofício CL nº 0145/2010 de 29/03/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2007-16, ONDREPSB"; Ofício CL nº 149/2010 de 29/03/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Edital de Pregão - contratação de empresa para instalar e consertar portas automáticas da ALESC" e o Ofício nº 0250/2010 de 24/02/2010, Interessados: Diretoria de Tecnologia e Informações e Coordenadoria de Informações "Disponibilidade de links de sites pessoais e dos sites das bancadas partidárias em período eleitoral". 6) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0555/10, de Oli de Oliveira e Processo nº 0527/10, de Fausto Brasil Gonçalves, este com abstenção do próprio. 7) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0553/09, de Jairo Alcioneu Duarte; Processo nº 0551/10, de Marlişe Kupas Soares; Consulta encaminhada pelo Diretor Geral da ALESC em 16/03/2010, Requerimento dos Consultores Legislativos da ALESC "Referente à Resolução nº 001/2010". A relatora deu conhecimento do parecer ao Mandado de Segurança nº 2010.009739-6, Impetrante: William Gil Martins e Impetrado: Presidente da ALESC, e retirado de pauta pela relatora o Processo nº 0494/10, de Maria Helena Teixeira Diniz. 8) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0552/09, de Juliano Ranzolin e Processo nº 0463/09, de Aires Manoel Rachadel. 9) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0556/10, de Eraldo Peruchi; Processo nº 0550/10, de Fausto Brasil Gonçalves, com abstenção de votar, o mesmo. O relator deu conhecimento do parecer exarado ao MEMO nº 0130/2010 em 30/03/2010 - Ofício nº 46/2010/OE de 18/03/2010 - Informações ao Mandado de Injunção nº 2009.073619-5, Impetrante: Ricardo Sartori, Impetrados: ALESC e Governador do Estado de SC. 10) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 0554/10, de Volmar Gandolfi e também deu conhecimento do parecer exarado ao MEMO nº 0129/2010 em 24/03/2010 - Ofício nº 175/2010 de 10/03/2010 - Informações ao Mandado de Segurança nº 2010.010004-0, Impetrante: Janine Koneski de Abreu, Impetrado: ALESC. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra

ordinária, para o próximo dia quatorze (14) de abril. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 07 de abril de 2010.

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia trinta e um de março de dois mil e dez, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Marcos Vieira, Antonio Aguiar, Joares Ponticelli, Cesar Souza Junior, Elizeu Mattos, Décio Góes, Dirceu Dresch e Darci Mattos. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação a Ata da 4ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida passou a palavra aos Senhores Deputados para relatar as matérias em pauta. O **Deputado Antônio Aguiar** relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0064.6/2010 exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete aos Deputados Joares Ponticelli, Décio Góes e Marcos Vieira; o Projeto de Lei nº 0047.5/10, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Décio Góes** devolveu o Projeto de Lei nº 0600.8/09, sem manifestação ao pedido de vista, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Joares Ponticelli** exarou voto vista pela aprovação do Projeto de Lei nº 0192.2/2009, relatado pelo Deputado Dirceu Dresch, que posto em discussão e votação foi aprovado por maioria; o Projeto de Lei nº 0080.6/2010 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 022.7/2010, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete aos Deputados Antônio Aguiar e Décio Góes. O **Deputado Romildo Titon** relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs 0033.0/2010 e 0467.0/2010, exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0060.2/2010, exarou parecer pela diligência interna, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei nºs 0013.6/2010 e o 0089.4/2010, exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação foram aprovados por unanimidade. O Presidente suspendeu a presente reunião às 10h30 minutos, e reabriu no mesmo dia às 14h45. O **Deputado Dirceu Dresch** foi substituído pelo Deputado Pedro Uczai. O **Deputado Darci de Matos** substituiu o **Deputado Cesar Souza Junior** por um período de aproximadamente 30 minutos. Após reassume o titular **Deputado Cesar Souza Junior** para a deliberação das demais matérias em pauta. Em seguida o Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados para relatar as matérias. O **Deputado Antônio Aguiar** relatou a Medida Provisória nº 0178/2010, exarou parecer pela admissibilidade, que colocada em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. O **Deputado Décio Góes** relatou a Medida Provisória nº 0179/2010, exarou parecer pela admissibilidade, que colocada em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. O **Deputado Sargento Amauri Soares** relatou a Medida Provisória nº 0176/2010, exarou parecer pela admissibilidade, que colocada em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. O **Deputado Joares Ponticelli** relatou o Projeto de Resolução nº 0004.5/2010 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Em seguida o Deputado Romildo Titon encaminhou o presente Projeto de Resolução a apreciação simultânea da Comissão de Finanças e Tributação. O **Deputado Elizeu Mattos** relatou a Medida Provisória nº 0177/2010, exarou parecer pela admissibilidade, que colocada em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. O **Deputado Romildo Titon** passa a palavra ao Deputado Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação. O Deputado Marcos Vieira que, concomitantemente avocou e relatou o Projeto de Resolução nº 0004.5/2010, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Deputado Marcos Vieira agradeceu a presença dos Senhores Deputados, e retorna a palavra ao Deputado Romildo Titon, que agradece e encerra os trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 06 de abril de 2010.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA da 1ª reunião ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da 4ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura, realizada em 09 de março de 2010.

Às 18h00min do dia 09 de março do ano de 2010, na sala de reuniões das comissões, numero 02 da assembleia legislativa, sob a Presidência do Deputado Pedro Uczai, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da reunião ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa. Foi registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Deputado Lício Mauro da Silveira, Deputado Serafim Venzon, e, Deputado Elizeu Mattos. O Deputado leu a ata da reunião e colocou em apreciação, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes. O presidente então apresentou as correspondências recebidas tendo destacado o abaixo assinado com centenas de assinatura de professores pais e alunos da EEF. Venceslau Bueno do município de Palhoça, manifestando-se contrário a forma como está sendo encaminhada a discussão sobre a municipalização. Em seguida, o presidente apresentou requerimento para realizar seminários regionais para promover debate sobre os seguintes temas: Desmotivação dos Professores, Violência e Drogas nas Escolas, e, Qualidade na Educação. O que foi aprovado e subscrito por todos, Apresentou também, requerimento para realizar audiência pública no dia 22 do corrente às 19h00minh, no município de Concórdia, com o tema "a situação institucional e administrativa dos NEP's - Núcleos de Estudos Profissionalizantes". Cujo requerimento foi também aprovado e subscrito por todos os presentes, tendo o deputado Lício Mauro da Silveira tecido considerações sobre o tema, e sugerido que após levantamento prévio feito por sua assessoria juntamente com funcionários da comissão, esta promovesse seminário ou audiência pública no centro do estado para tratar da questão das escolas técnicas nas suas várias áreas e níveis, focados na qualidade da educação e formação dos técnicos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu aos Deputados pela presença, e deu por encerrado os trabalhos desta reunião, da qual eu, Ivelise Sell Maciel, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 09 de março de 2010.

Deputado Pedro Uczai

Presidente da CECD

*** X X X ***

ATA da 2ª reunião ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da 4ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura, realizada em 07 de abril 2010.

Às 18h00min do dia 07 de abril do ano de 2010, na sala de reuniões das comissões, numero 02 da assembleia legislativa, sob a Presidência do Deputado Pedro Uczai, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da reunião ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa. Foi registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Deputado Lício Mauro da Silveira, Deputado Serafim Venzon, e, Deputado Elizeu Mattos. O Deputado leu a ata da reunião e colocou em apreciação, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes. Ato contínuo o presidente colocou em discussão o requerimento para a realização de uma audiência pública, no dia 19 de abril, as 16 horas, a ser realizada no município de Pinhalzinho, com o tema "a implantação de uma extensão do Instituto Federal de Tecnologia - IFET, no município de Pinhalzinho", após discussão o requerimento foi aprovado por unanimidade dos presentes. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu aos Deputados pela presença, e deu por encerrado os trabalhos desta reunião, da qual eu, Ivelise Sell Maciel, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 09 de março de 2010.

Deputado Pedro Uczai

Presidente da CECD

*** X X X ***

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dez, às nove horas, sob a Presidência do deputado Marcos Vieira, reuniram-se os deputados: Marcos Vieira, Silvio Dreveck, Lício Mauro da Silveira, Darci de Matos, Renato Hinnig, Manoel Mota, deputada Profª Odete de Jesus, Serafim Venzon e Pedro Uczai. Ato contínuo, o Presidente colocou em discussão e votação a ata da 4ª reunião ordinária, que, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o Presidente Marcos Vieira colocou em discussão o calendário do Orçamento Estadual Regionalizado. Os encontros aconteceram no dia

dezessete de maio à dez de junho, oportunidade em que os deputados, junto com representantes da sociedade civil Organizada, definirão obras que deverão ser incluídas, pelo Executivo, no Orçamento Estadual. Ficou assim definido o cronograma: dia dezessete de maio, às nove horas, na Unoesc em São Miguel do Oeste, para as regionais de Dionísio Cerqueira, Itapiranga e São Miguel do Oeste, no mesmo dia dezessete de maio às quinze horas, no Auditório de Maravilha Park Hotel, nas regionais de Maravilha, Palmitos, Quilombo e Maravilha. No dia dezoito de maio, às quatorze horas, na Unochapecó, nas regionais de Chapecó: Xanxerê, Seara e Chapecó. No dia dezoito de maio, às nove horas, na Unoesc em Chapecó: regionais de Campos Novos, Concórdia e Joaçaba. No mesmo dia, às dezesseis horas, na Uniarp, em Caçador: com as regionais de Videira, Curitiba e Caçador. No dia vinte de maio, às quatorze horas, na UNC, em Canoinhas: regionais de Mafra e Canoinhas; dia vinte e um de maio, às quatorze horas, na Udesc, em Lages: regionais de São Joaquim e Lages; no dia trinta e um de maio, às quatorze horas, no auditório da Fundação Catarinense de Educação Especial, em São José para as regionais da Grande Florianópolis; no dia sete de junho, às nove horas, na Unesc, em Criciúma: nas regionais de Araranguá e Criciúma; no mesmo dia, às quinze horas, no auditório da CETTAL, em Tubarão: regionais de Laguna, Braço do Norte e Tubarão; no dia oito de junho, às quatorze horas, na Unidavi, em Rio do Sul: regionais de Ibirama, Ituporanga, Taió e Rio do Sul; no dia nove de junho, às quatorze horas, no auditório da FURB, em Blumenau: com as regionais de Brusque, Itajaí e Blumenau; no dia dez de junho, às quatorze horas, na Univille, em Joinville: regionais de Jaraguá do Sul e Joinville. O deputado Presidente esclareceu que o calendário do Orçamento Regionalizado foi antecipado este ano em função dos jogos da Copa do Mundo. O Presidente inferiu comentários sobre as Medidas Provisórias que tratam de gratificações a algumas categorias de servidores públicos estaduais. Todos os da Comissão acima epigrafada declararam na presença dos servidores, que o tratamento deveria ser isonômico, beneficiando todas as categorias de servidores. A exemplo de outros deputados, Pedro Uczai versou que a única forma, a partir de agora, para mudar esta situação será o aperfeiçoamento da MPs por intermédio de emendas parlamentares. O Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, a qual eu, Silvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembléia. Sala das Comissões, em sete dias de abril do ano de dois mil e dez.

Deputado Marcos Vieira
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação
*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2010

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REMODELAÇÃO DE ESTANDE COM 40M² (04 X 10), NA 23ª FEIRA DA ESPERANÇA QUE FUNCIONARÁ NAS DEPENDÊNCIAS DO CENTRO DE CONVENÇÕES DE FLORIANÓPOLIS (CENTRO SUL), INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA QUALIFICADA.

DATA: 27/04/2010 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 27 de abril de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 13 de abril de 2010.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações
*** X X X ***

AVISOS DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 336/2010, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 009/2010, obteve o seguinte resultado:

Lote Único: **Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de 45 sistemas de drenagens, destinados a instalação de aparelhos de ar condicionado na ALESC.**

EMPRESA VENCEDORA: SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.

Valor do Último Lance: R\$ 36.630,00

Valor Negociado: R\$ 36.450,00

Valor Global do Último Lance: R\$ 36.450,00

Florianópolis, 09 de abril de 2010.

**VALTER EUCLIDES DAMASCO
PREGOEIRO**

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 367/2010, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 007/2010, obteve o seguinte resultado:

Lote Único: **Aquisição de 800 (oitocentas) doses de vacina contra gripe, mono-dose, dose adulta e individual seringa preenchida.**

RESTOU DESERTA.

Florianópolis, 13 de abril de 2010.

**JUÇARA HELENA REBELATTO
PREGOEIRA**

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 049/2010

REFERENTE: 01º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 034/2010, celebrado em 08/04/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Quality's Coletas Transportes Entregas Serviços Ltda-me.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por finalidade alterar o contrato original, em especial na Cláusula Quinta, conforme segue: 1) Inserir a obrigatoriedade de a Contratada treinar os servidores da ALESC no manuseio dos equipamentos de som; 2) Inserir a obrigatoriedade de a Contratada disponibilizar, sempre que necessário, técnicos para acompanhar o sistema de som nos eventos realizados fora das dependências do Palácio Barriga-Verde, sem ônus adicional para a ALESC; 3) Alterar os itens 5.2, 5.5, 5.13.1 e 5.13.3 da Cláusula Quinta do Contrato original, substituindo a Coordenadoria de Serviços Técnicos pela Coordenadoria de Serviços Gerais, que por sua vez passará ser a responsável pela fiscalização dos serviços e pelo acompanhamento dos compromissos contratuais.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I, "a" da Lei nº 8.666/93; Itens 4.2 da Cláusula Quarta e 5.2 da Cláusula Quinta do Contrato original e Autorização administrativa.

Florianópolis, 12 de abril de 2010.

Deputado Gelson Merisio - ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 050/2010

REFERENTE: Contrato CL n.º 016/2010-00.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: FEXPONACE (Fundação Promotora de exposições, feiras, eventos turísticos, culturais e esportivos de Ituporanga).

OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço físico, incluindo 20 ingressos/credenciais para o acesso livre, na XIX Feira Nacional da Cebola que acontecerá no município de Ituporanga no período de 06 a 11 de abril de 2010.

- fixação de *banner* institucional;

- cessão de espaço físico para instalação de estande;
 - utilização de símbolo/logomarca institucional;
 - divulgação e distribuição de material institucional.
 VALOR GLOBAL: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
 FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0014/2010.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

Florianópolis, 05 de abril de 2010.

Deputado Gelson Merísio - Presidente ALESC

Hélio Góss Oliveira - Presidente

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 039/10

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbé do Sul

OFÍCIO Nº 14/2010

Timbé do Sul, 26 de março de 2010

EXMO. SR.

GELSON LUIZ MERÍSIO

PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - SC

FLORIANÓPOLIS - SC

Excelentíssimo Senhor,

Vimos por meio deste, encaminhar em anexo o Relatório das Atividades desenvolvidas pela APAE de Timbé do Sul - SC, para manter regularidade junto a esta Assembléia.

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

DIONE FÁTIMA DE PRÁ

Presidente APAE

Lido no Expediente

Sessão de 13/04/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 040/10

Florianópolis, 11 de março de 2010.

À Sua Excelência o Senhor

Dr. GELSON LUIZ MERÍSIO

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - Palácio Barriga-Verde

Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310 - Centro - Florianópolis - SC
 CEP 88020-900

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a Vossa Excelência a Notícia-crime que narra fatos graves envolvendo integrantes do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, principalmente no que tange a irregularidades no Concurso e Preenchimento de Vagas para Ingresso e Remoção na Atividade Notarial e de Registro do Estado de Santa Catarina, para conhecimento e providências penais, civis e administrativas que julgar cabíveis.

Afirmo, ainda, que cópias da Notícia-crime foi encaminhada ao Departamento da Polícia Federal de Santa Catarina, que, por sua vez, enviou cópias ao Presidente do TRF 4º Região (ofício n. 478/2010, de 1-2-2010), Procurador Chefe do Ministério Público Estadual (ofício n. 479/2010, de 1-2-2010), bem como ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça (ofício n. 459/2010, de 29-1-2010), conforme documentos anexos.

Por fim, esclareço que esses documentos foram encaminhados a Delegacia Geral da Polícia Civil de Santa Catarina, na pessoa do Dr. Maurício Eskudlark; a Superintendência da Polícia Federal de Santa Catarina, na pessoa do Dr. Ademar Stocker; Procurador-Geral da República Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos; ao Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina Dr. Sadi Lima; ao Procurador-Geral de Justiça Dr. Gercino Gerson Gomes Neto; Procurador Regional dos Direitos do Cidadão Dr. Celso Antonio Três; ao Corregedor Nacional de Justiça Ministro Gilson Dipp e ao Presidente do

Conselho Nacional de Justiça Ministro Gilmar Ferreira Mendes.

Respeitosamente,

CARLOS ENÉAS GUIMARÃES

CPF 404.435.669-68

Lido no Expediente

Sessão de 13/04/10

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 458, de 13 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 429, de 07 de abril de 2010, que lotou PAULO ROBERTO ARENHART.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 459, de 13 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Ode dias	Início em	Proc. nº
1583	Wilson Vieira	60	17/03/10	0620/10
1295	Mirian das Graças Herzmann Vieira	30	27/03/10	0619/10

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 105/10

Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.334, de 2005, que institui o FUNDOSOCIAL, destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social, na forma do art. 204, e estabelece outras providências.

Art. 1º Fica acrescido o §5º ao artigo 8º da Lei nº 13.334, de 28 de fevereiro de 2005, com a seguinte redação:

Art. 8º (...)

§5º Para efeito do cálculo dos recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, de que trata o art. 212 da Constituição Federal, e de ações e serviços públicos da saúde, conforme prevê o inciso II do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000, o percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) da receita tributária líquida vinculado ao programa de apoio à inclusão e promoção social, desenvolvido pelo Fundosocial, não será desvinculado a partir do exercício financeiro de 2011."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Padre Pedro Baldissera

Deputado Décio Góes

Lido no Expediente

Sessão de 13/04/10

JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa não mais desvincular, a partir do exercício de 2011, o percentual vinculado ao programa de apoio à inclusão e promoção social, desenvolvida pelo FUNDOSOCIAL, incidente sobre os recursos destinados a manutenção e o desenvolvimento do ensino, de que trata o art. 212 da Constituição Federal, e de ações e serviços públicos de saúde, conforme prevê o inciso II do art. 77, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Como é do conhecimento de Vossas Excelências, o inciso IV do art. 167 da Constituição Federal veda a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvada a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, da Carta Magna, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, visando a manutenção e o desenvolvimento do ensino.

Conforme relatórios do Tribunal de Contas do Estado, no de 2005 a 2009 o FUNDOSOCIAL provocou os respectivos decréscimos de aproximadamente R\$ 235 (duzentos e trinta e cinco milhões) da manutenção e desenvolvimento do ensino, educação, e também cerca de R\$ 110 (cento e dez milhões) dos serviços de saúde. Portanto, resultando na desvinculação de quase R\$ 345 milhões, que deveriam ser disponibilizados às citadas áreas de relevante interesse sócio-educacional.

Diante do exposto, contamos com o apoio de Vossas Excelências para a aprovação deste Projeto de Lei, que cessará a diminuição da aplicação de recursos públicos na manutenção e desenvolvimento do ensino, educação, e nas ações e serviços públicos de saúde, garantindo a ampliação dos respectivos serviços à sociedade catarinense.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 106/10

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária e Cultural Integração FM - Rádio Comunitária "Integração" FM, com sede no município de Ponte Alta.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária e Cultural Integração FM - Rádio Comunitária "Integração" FM, com sede no município de Ponte Alta.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado nos termos do art. 2º, III, da Lei 15.125 de 19 de janeiro de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Elizeu Mattos

Líder do Governo

Lido no Expediente

Sessão de 13/04/10

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por escopo reconhecer a Utilidade Pública Estadual da entidade em destaque, instituição sem fins lucrativos, tendo em vista os relevantes serviços prestados em prol da comunidade da cidade de Ponte Alta, conforme se pode aferir com a documentação acostada.

Ademais, dentre seus objetivos colaciona-se do seu Estatuto a preocupação com o desenvolvimento educacional da juventude, realização de eventos que estimulem o desenvolvimento cultural e social da comunidade, promoção através da mídia - radiodifusão - de atividades artísticas, noticiosas, históricas e culturais, além de preservar a imagem cultural e histórica do município.

Por esta razão, a exemplo do reconhecimento de sua utilidade pública pelo Poder Público municipal, deve este Parlamento igualmente reconhecê-lo, assegurando à entidade todos os direitos e benefícios decorrentes da legislação afim.

Para fins de instrução da presente proposição, segue anexa a documentação exigida pela legislação estadual, nos termos da Lei 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

Sala das Sessões,

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 107/10

Reconhece o Município de Tangará como Capital Catarinense do Vôo Livre.

Art. 1º Fica reconhecido o Município de Tangará como Capital Catarinense do Vôo Livre.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Padre Pedro Baldissera

Lido no Expediente

Sessão de 13/04/10

Justificativa

O presente Projeto de Lei reconhece o Município de Tangará como Capital Catarinense do Vôo Livre.

Localizado no Vale do Rio do Peixe, o município de Tangará é o local mais procurado em Santa Catarina para a prática do vôo livre. O Morro Agudo, com uma altitude de 1.075 m e um desnível de 350 m, somado a outras condições climáticas - como as correntes térmicas - e infraestrutura necessária, é o ponto preferido pelos praticantes deste esporte. Asas Deltas e Parapentes enfeitam o céu da região, oferecendo um espetáculo que valoriza o meio ambiente e o entretenimento.

Por estas razões, e por considerar que o título de Capital Catarinense de Vôo Livre ajudará a desenvolver a atividade do ecoturismo, conto com a aprovação de Vossas Excelências da matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 108/10

Declara de utilidade pública a Associação de Assistência aos Portadores e ex-Portadores de Câncer, de Barra Velha.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Assistência aos Portadores e ex-Portadores de Câncer - AAPEC-BC, com sede no município de Barra Velha.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Lício Mauro da Silveira

Lido no Expediente

Sessão de 13/04/10

JUSTIFICATIVA

A Associação de Assistência aos Portadores e Ex-portadores de Câncer, de Barra Velha, entidade filantrópica com sede no município de Barra Velha, fundada em 28 de março de 2007, tem suas atividades voltadas para ações comunitárias.

Tem como finalidade institucional assistir e orientar os Portadores, ex-Portadores de câncer e suas famílias, dando suporte material e psicológico, além de desenvolver ações de cunho sociocultural que visam dar qualidade de vida aos pacientes e melhorar o convívio destes com a comunidade.

A documentação anexada ao projeto de lei cumpre todas as exigências da legislação que regula o reconhecimento de utilidade pública da entidade, em especial a Lei nº 15.125, de 2010.

Neste sentido, pela natureza e caráter institucional da entidade, proponho aos Senhores Deputados, a aprovação do presente projeto de lei, reconhecendo sua utilidade pública para todos os fins de direito por entender ser medida justa para com a Associação de Assistência aos Portadores e Ex-portadores de Câncer, de Barra Velha.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 109/10

Autoriza o Poder Executivo a participar da composição acionária da Ferrovia de Integração do Sul - Ferrosul S.A.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a participar na composição acionária da Ferrovia da Integração do Sul - FERROSUL S.A.

Parágrafo único. A Ferrovia de Integração do Sul - FERROSUL S.A. está permitida a ter participação acionária dos Estados que compõem o Conselho de Desenvolvimento do Sul - CODESUL.

Art. 2º. O ramo de atividade da Ferrovia da Integração do Sul - FERROSUL S.A. será de planejamento, construção, operação, administração e exploração comercial de vias ferroviárias, terminais ferroviários e sistemas logísticos nacionais, de silos e sistemas de armazenagem de produtos agrícolas, minerais e industriais em geral, bem como transporte regular de passageiros e turístico, mediante concessão ou autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. Mediante acordos internacionais, a FERROSUL S/A poderá com exclusividade ou em associação com outras empresas nacionais de outros países ou internacionais, exercer o seu ramo de atividade em outros países, bem como associar-se a empresas nacionais de outros países ou internacionais em território brasileiro.

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de noventa dias.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, de março de 2010.

Deputado Pedro Uczai

Bancada do Partido dos Trabalhadores

Lido no Expediente

Sessão de 13/04/10

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei visa aprovar a autorização legislativa, nos marcos constitucional e infraconstitucional, para que o estado de Santa Catarina participe da criação da Ferrovia da Integração do sul - FERROSUL S.A., em conjunto co os Estados do Paraná, do Mato Grosso do Sul e do Rio Grande do Sul.

A FERROSUL S.A. surge da necessidade criar ou reativar um modal de transporte que facilite a integração entre os Estados insulares de nosso País, ou mais especificamente os Estados que compõem o Conselho de Desenvolvimento do Sul - CODESUL.

Com a retomada da operação da ferrovia pelo Estado do Paraná, através da sua empresa FERROESTE, iniciou-se um processo de articulação institucional no âmbito do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - CODESUL, cujos desdobramentos resultaram na aprovação pelos governadores, na cidade de Campo Grande, da Resolução CODESUL nº 1.042, de 18 de novembro de 2009, através da qual resolveram "criar um Grupo de Trabalho, composto por representantes dos quatro Estados, inclusive do BRDE, para elaborar a proposta de criação da FERROSUL, uma instituição com o propósito de planejar, construir e operar ferrovias e sistemas logísticos no Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

É importante lembrar que a Resolução CODESUL nº 1.042/09 foi antecedida por Resoluções do CODESUL em favor do projeto em 18/10/2007 (Curitiba) e em 11/06/2008 (Campo Grande). Nesse processo, também foram realizadas reuniões com a participação de diversas lideranças políticas, empresariais, sindicais e comunitárias em Francisco Beltrão-PR (13/02/2008), Pato Branco-PR (14/02/2008), Palmas-PR (22/02/2008), Chapecó-SC (29/02/2008), Dourados-MS (12/04/2008), Florianópolis-SC (12/05/2008), Foz do Iguaçu-PR (em 16/07/2009), Coronel Vivida-PR (10/10/2009) e Porto União-SC (06/11/2009). Posteriormente à edição da Resolução, foi criado Comitê em favor da FERROSUL em massiva reunião de caráter regional realizada em Passo Fundo-RS (24/02/2010).

Em dezembro de 2009, o Governo do Estado enviou para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina o Projeto de Lei nº 615/09, solicitando autorização legislativa para instituir a Companhia de Desenvolvimento do Extremo Sul, conjuntamente com os Estados membros do CODESUL.

No decorrer da tramitação do Projeto de Lei nº 615/09, com intensos debates, o líder do governo na ALESC e o próprio Governador Luiz Henrique da Silveira, aceitaram aprovar uma emenda de autoria deste parlamentar, estabelecendo que entre aos

os objetivos da Companhia de Desenvolvimento do Extremo Sul, está a criação da FERROSUL. O referido Projeto de Lei transformou-se na Lei nº 15.118, de 19 de janeiro de 2010.

No Paraná, O governador Requião já enviou para a Assembleia Legislativa do Paraná, o Projeto de Lei para criar FERROSUL S.A., tomando como base a empresa pública Estrada de Ferro Paraná Oeste - FERROESTE S.A.

Assim, ao apresentar o presente Projeto de Lei, temos objetivo dar consequência a Resolução CODESUL nº 1.042 e a Lei Estadual nº 15.118.

Pelos motivos aqui expostos, solicitamos a aprovação do presente Projeto de Lei.

Florianópolis, de março de 2010.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 110/10

Dispõe sobre o tratamento de profilaxia primária para as pessoas de zero a dezoito anos de idade.

Art. 1º O Poder Executivo por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, deverá disponibilizar a título gratuito, o tratamento básico de profilaxia primária para as pessoas na faixa etária de zero a dezoito anos.

Art. 2º Esta Lei será regulamentada no prazo de sessenta dias, a contar da data de sua publicação nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 13/04/10

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares, o presente projeto de lei que determina que o Poder Executivo por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde disponibilize a título gratuito tratamento básico de profilaxia primária a população catarinense que se encontra na faixa etária de zero a dezoito anos, evitando gastos muito mais elevados no futuro.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 111/10

Altera a redação da alínea "b" do inciso V do art. 8º da Lei nº 7.543, de 30 de dezembro de 1988, que institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e dá outras providências.

Art. 1º A alínea "b" do inciso V do art. 8º da Lei nº 7.543, de 30 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.8º

V

a)

b) de máquina agrícola, de terraplanagem, ou qualquer outra que trafegue ou não trafegue em via pública;"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 13/04/10

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares, o presente projeto de lei que visa alterar a redação da alínea "b" do inciso V do art. 8º da Lei nº 7.543, de 30 de dezembro de 1988, que institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e dá outras providências, para acrescentar o termo "que trafegue", pois muitas vezes existe a necessidade de deslocamento das máquinas agrícolas, de terraplanagem ou de qualquer outro equipamento similar, pelas vias públicas.

A atual redação isenta do pagamento do IPVA ditos equipamentos, desde que não trafeguem pelas vias públicas.

Trafegar pelas vias públicas em determinadas ocasiões é uma necessidade dos proprietários rurais, deslocando o equipamento de uma para outra propriedade, por exemplo.

Assim, nada mais justo do que a alteração que está sendo proposta e, por isso, espera este Parlamentar contar com o apoio dos Senhores Deputados que integram este Poder para sua aprovação.

*** X X X ***